

# SUMÁRIO

## LIVRO I

### TEORIA GERAL DO PROCESSO

<b>1. JURISDIÇÃO</b> .....	3
1.1. Conceito .....	3
1.2. Equivalentes jurisdicionais .....	5
1.2.1. Autotutela .....	5
1.2.2. Autocomposição .....	6
1.2.3. Arbitragem .....	8
1.3. Escopos da jurisdição .....	10
1.4. Características principais .....	11
1.4.1. Caráter substitutivo .....	11
1.4.2. Lide .....	13
1.4.3. Inércia .....	14
1.4.4. Definitividade .....	16
1.5. Princípios da jurisdição .....	17
1.5.1. Investidura .....	17
1.5.2. Territorialidade (aderência ao território) .....	17
1.5.3. Indelegabilidade .....	19
1.5.4. Inevitabilidade .....	20
1.5.5. Inafastabilidade .....	20
1.5.6. Juiz natural .....	25
1.5.7. Promotor natural .....	26
1.6. Espécies de jurisdição .....	27

1.6.1. Jurisdição penal ou civil .....	27
1.6.2. Jurisdição superior ou inferior .....	28
1.6.3. Jurisdição comum e especial .....	28
1.7. Jurisdição voluntária .....	28
1.7.1. Características .....	28
1.7.1.1. Obrigatoriedade .....	28
1.7.1.2. Princípio inquisitivo .....	29
1.7.1.3. Juízo de equidade .....	30
1.7.1.4. Participação do Ministério Público como fiscal da lei .....	31
1.7.2. Natureza jurídica .....	32
1.7.2.1. Inexistência de caráter substitutivo .....	32
1.7.2.2. Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto .....	33
1.7.2.3. Ausência de lide .....	33
1.7.2.4. Não há partes, mas meros interessados .....	34
1.7.2.5. Não há processo, mas mero procedimento .....	35
1.7.2.6. Inexistência de coisa julgada material .....	35
1.8. Tutela jurisdicional .....	36
1.8.1. Espécie de crise jurídica .....	36
1.8.2. Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais .....	39
1.8.3. Coincidência de resultados com a satisfação voluntária .....	41
1.8.4. Espécie de técnicas procedimentais .....	44
<b>2. PROCESSO .....</b>	<b>47</b>
2.1. Introdução .....	47
2.1.1. Processo como procedimento .....	47
2.1.2. Processo como contrato .....	48
2.1.3. Processo como um quase contrato .....	48
2.1.4. Processo como relação jurídica .....	49
2.1.5. Processo como situação jurídica .....	49
2.1.6. Processo como procedimento em contraditório .....	50
2.1.7. Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório ..	50
2.1.8. Conclusão .....	51
2.2. Procedimento .....	51
2.3. Relação jurídica processual .....	51
2.3.1. Composição .....	51
2.3.2. Características .....	53
2.3.3. Pressupostos processuais .....	54
2.3.3.1. Pressupostos processuais subjetivos (juiz/juízo) .....	55
2.3.3.1.1. Investidura .....	55
2.3.3.1.2. Imparcialidade .....	55

2.3.3.1.3. Competência .....	56
2.3.3.2. Pressupostos processuais subjetivos (partes) .....	56
2.3.3.2.1. Capacidade de ser parte .....	56
2.3.3.2.2. Capacidade de estar em juízo .....	57
2.3.3.2.3. Capacidade postulatória .....	58
2.3.3.3. Pressupostos processuais objetivos .....	59
2.3.3.3.1. Pressupostos processuais objetivos extrínsecos .....	59
2.3.3.3.2. Pressupostos processuais objetivos intrínsecos .....	60
2.3.3.3.2.1. Demanda .....	60
2.3.3.3.2.2. Petição inicial apta .....	60
2.3.3.3.2.3. Citação válida .....	61
2.3.3.3.2.4. Regularidade formal .....	62
2.4. Princípios processuais .....	62
2.4.1. Devido processo legal .....	62
2.4.2. Contraditório .....	63
2.4.2.1. Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação .....	64
2.4.2.2. Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz .....	65
2.4.2.3. Contraditório como forma de evitar surpresa às partes .....	66
2.4.2.4. Contraditório inútil .....	67
2.4.2.5. Contraditório diferido (ou postecipado) .....	68
2.4.3. Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório) .....	70
2.4.4. Motivação das decisões .....	71
2.4.5. Isonomia .....	72
2.4.6. Publicidade dos atos processuais .....	74
2.4.7. Princípio da economia processual .....	75
2.4.8. Princípio da instrumentalidade das formas .....	76
2.4.9. Princípio da razoável duração do processo .....	78
2.4.10. Princípio da cooperação .....	80
2.4.11. Princípio da boa-fé e lealdade processual .....	81
<b>3. AÇÃO .....</b>	<b>87</b>
3.1. Teorias da ação .....	87
3.1.1. Teoria imanentista (civilista) .....	87
3.1.2. Teoria concreta da ação .....	88
3.1.3. Teoria abstrata do direito de ação .....	89
3.1.4. Teoria eclética .....	90
3.1.5. Teoria da asserção .....	92
3.2. Condições da ação .....	93
3.2.1. Introdução .....	93

3.2.2. Possibilidade jurídica do pedido .....	94
3.2.3. Interesse de agir .....	95
3.2.4. Legitimidade .....	97
3.3. Elementos da ação .....	100
3.3.1. Introdução .....	100
3.3.2. Partes .....	100
3.3.3. Pedido .....	102
3.3.3.1. Certeza e determinação do pedido .....	103
3.3.3.2. Pedidos genéricos .....	104
3.3.3.2.1. Universalidade de bens .....	104
3.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano .....	104
3.3.3.2.3. Valor depender de ato a ser praticado pelo réu .....	107
3.3.3.3. Pedido implícito .....	107
3.3.3.4. Cumulação de pedidos .....	109
3.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedidos .....	110
3.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser incompatíveis entre si .....	110
3.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos .....	111
3.3.3.4.1.3. Identidade procedimental .....	112
3.3.3.4.2. Espécies de cumulação .....	113
3.3.4. Causa de pedir .....	115
<b>4. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>119</b>
4.1. Introdução .....	119
4.2. Competência relativa e absoluta .....	120
4.2.1. Competência relativa .....	121
4.2.1.1. Legitimado para arguir a incompetência relativa .....	121
4.2.1.2. Reconhecimento de ofício da incompetência relativa .....	123
4.2.1.3. Momento para alegação da incompetência relativa .....	124
4.2.1.4. Forma de alegação da afronta à regra de competência rela- tiva .....	125
4.2.1.5. Acolhimento da exceção e atos processuais já praticados ....	126
4.2.2. Competência absoluta .....	128
4.2.2.1. Legitimado para arguir a incompetência absoluta .....	128
4.2.2.2. Forma de alegação da incompetência absoluta .....	128
4.2.2.3. Reconhecimento da incompetência absoluta – atos pratica- dos .....	129
4.2.2.4. Momento de arguição da incompetência absoluta .....	130
4.2.3. Esquema comparativo entre competência absoluta e competência relativa .....	131



4.3. Critérios para fixação da competência .....	132
4.4. Competência internacional .....	133
4.4.1. Introdução – princípio da efetividade .....	133
4.4.2. Competência internacional concorrente e exclusiva .....	133
4.4.3. Litispendência internacional .....	135
4.5. Espécies de competência .....	136
4.5.1. Competência territorial .....	136
4.5.1.1. Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 94 do CPC .....	136
4.5.1.2. Direito real imobiliário – art. 95 do CPC .....	137
4.5.1.3. Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade e ações em que o espólio for réu – art. 96 do CPC .....	139
4.5.1.4. Réu ausente – art. 97 do CPC .....	140
4.5.1.5. Réu incapaz – art. 98 do CPC .....	140
4.5.1.6. União .....	141
4.5.1.7. Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF .....	142
4.5.1.8. Ação de separação, conversão de separação em divórcio e anulação de casamento – art. 100, I, do CPC .....	142
4.5.1.9. Ação de alimentos – art. 100, II, do CPC .....	144
4.5.1.10. Anulação de títulos extraviados ou destruídos – art. 100, III, do CPC .....	145
4.5.1.11. Pessoa jurídica como réu – art. 100, IV, <i>a</i> , do CPC .....	145
4.5.1.12. Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 100, IV, <i>b</i> , do CPC .....	146
4.5.1.13. Sociedade que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 100, IV, <i>c</i> , do CPC .....	146
4.5.1.14. Obrigação a ser cumprida – art. 100, IV, <i>d</i> , do CPC .....	146
4.5.1.15. Reparação de dano – art. 100, V, do CPC .....	147
4.5.1.16. Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 100, V, <i>b</i> , do CPC .....	147
4.5.1.17. Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 100, parágrafo único, do CPC .....	147
4.5.2. Competência funcional .....	148
4.5.2.1. Conceito .....	148
4.5.2.2. Competência funcional ou competência territorial absoluta? ...	149
4.5.2.2.1. Art. 95 do CPC – ações reais imobiliárias .....	150
4.5.2.2.2. Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública .....	150
4.5.3. Competência em razão da matéria .....	152
4.5.4. Competência em razão da pessoa .....	152
4.5.5. Competência em razão do valor da causa .....	153
4.5.5.1. Juizados Especiais Estaduais (Lei 9.099/1995) .....	153
4.5.5.2. Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001 .....	154

4.5.5.3. Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009 .....	155
4.5.5.4. Foros regionais (distritais) .....	156
4.6. Competência da Justiça Federal .....	157
4.6.1. Competência em razão da pessoa ( <i>ratione personae</i> ) .....	157
4.6.1.1. Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho” .....	157
4.6.1.1.1. Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal .....	157
4.6.1.1.2. Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo .....	158
4.6.1.1.3. União Federal e ação de usucapião .....	159
4.6.1.1.4. Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual .....	160
4.6.1.1.5. Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta .....	160
4.6.1.2. Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País” .....	161
4.6.1.3. Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais” .....	161
4.6.2. Competência em razão da matéria ( <i>ratio materiae</i> ) .....	162
4.6.2.1. Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional” ...	162
4.6.2.2. Inciso X – “(...), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização” .....	162
4.6.2.3. Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas” .....	163
4.6.2.4. Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo” .....	163
4.7. Prorrogação de competência .....	164
4.7.1. Conceito .....	164
4.7.2. Prorrogação legal .....	165
4.7.2.1. Conexão e continência .....	165
4.7.2.1.1. Conceito .....	165
4.7.2.1.2. Identidade da causa de pedir ou pedido – integral ou parcial? .....	166
4.7.2.1.3. <i>Ratio</i> da conexão e a insuficiência do disposto no art. 103 do CPC .....	167

4.7.2.1.4. Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão .....	168
4.7.2.2. Ausência de ingresso pelo réu de exceção declinatória de foro .....	169
4.7.3. Prorrogações voluntárias .....	170
4.7.3.1. Eleição de foro .....	170
4.7.3.2. Vontade unilateral do autor .....	171
4.8. Prevenção .....	171
4.8.1. Conceito .....	171
4.8.2. Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição .....	171
4.9. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 87 do CPC .....	172
4.10. Conflito de competência .....	174
4.10.1. Conceito .....	174
4.10.2. Legitimidade .....	176
4.10.3. Competência para o julgamento do conflito .....	176
4.10.4. Procedimento .....	177
<b>5. LITISCONSÓRCIO .....</b>	<b>181</b>
5.1. Conceito .....	181
5.2. Hipóteses de cabimento .....	182
5.3. Classificação do litisconsórcio .....	183
5.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto .....	183
5.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente) .....	184
5.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo .....	185
5.3.4. Litisconsórcio unitário e simples .....	186
5.4. Limitação do litisconsórcio facultativo .....	187
5.4.1. Reconhecimento de ofício pelo juiz .....	187
5.4.2. Pedido da parte .....	188
5.4.3. Litisconsórcio recusável? .....	189
5.4.4. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo .....	189
5.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções .....	191
5.6. Litisconsórcio ativo necessário? .....	193
5.7. Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro? .....	196
5.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário .....	197
5.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo .....	199
5.10. Dinâmica entre os litisconsortes .....	199
5.10.1. Atos de disposição de direito .....	200
5.10.2. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 320, I, do CPC) ...	201
5.10.3. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 509, <i>caput</i> , do CPC) .....	201



5.10.4. Produção da prova .....	203
5.10.5. A confissão e o litisconsórcio .....	203
5.10.6. Prazo para os litisconsortes .....	205
<b>6. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....</b>	<b>207</b>
6.1. Intervenções típicas e atípicas .....	207
6.1.1. Processo/fase de conhecimento .....	208
6.1.1.1. <i>Amicus curiae</i> .....	208
6.1.1.2. Intervenções da Lei 9.469/1997 .....	213
6.1.1.3. Ação de alimentos .....	214
6.1.2. Processo/fase de execução .....	218
6.1.3. Processo cautelar .....	219
6.2. Assistência .....	220
6.2.1. Introdução .....	220
6.2.2. Assistência simples (adesiva) .....	220
6.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada) .....	221
6.2.3.1. Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo unitário? .....	222
6.2.4. Procedimento da assistência .....	223
6.2.5. Os poderes do assistente simples .....	226
6.2.6. Os poderes do assistente litisconsorcial .....	228
6.2.7. Imutabilidade da justiça da decisão .....	229
6.2.8. Justiça da decisão e coisa julgada .....	230
6.3. Oposição .....	231
6.3.1. Conceito e natureza jurídica .....	231
6.3.2. Espécies de oposição .....	233
6.3.2.1. Intervenção de terceiro (art. 59 do CPC) .....	233
6.3.2.2. Oposição como ação .....	233
6.3.2.3. Oposição após a sentença? .....	234
6.3.3. Procedimento .....	234
6.3.4. Recurso cabível contra decisão da oposição .....	236
6.3.5. Demanda bifronte .....	237
6.4. Nomeação à autoria .....	238
6.4.1. Conceito .....	238
6.4.2. Hipóteses de cabimento .....	239
6.4.2.1. Nomeação à autoria pelo mero detentor (art. 62 do CPC) ....	239
6.4.2.2. Nomeação à autoria pelo mandatário em demandas de reparação de dano (art. 63 do CPC) .....	240
6.4.3. Procedimento .....	242
6.5. Denúnciação da lide .....	244



6.5.1. Conceito .....	244
6.5.2. Hipóteses de cabimento .....	245
6.5.2.1. Denúnciação da lide pelo comprador evicto .....	245
6.5.2.2. Denúnciação da lide do possuidor direto (art. 70, II, do CPC) ....	247
6.5.2.3. Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 70, III, do CPC) .....	248
6.5.3. Obrigatoriedade .....	250
6.5.4. Qualidade processual do denunciado .....	251
6.5.5. Denúnciação sucessiva .....	254
6.5.6. Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor .....	254
6.5.7. Procedimento da denúnciação pelo réu .....	255
6.6. Chamamento ao processo .....	258
6.6.1. Conceito .....	258
6.6.2. Hipóteses de cabimento .....	260
6.6.3. Procedimento .....	262
6.6.4. Chamamento ao processo no direito do consumidor .....	263
<b>7. PROCEDIMENTO SUMÁRIO .....</b>	<b>265</b>
7.1. Introdução .....	265
7.2. Sumariedade formal .....	266
7.3. Valor da causa (art. 275, I, do CPC) .....	267
7.4. Matérias (art. 275, II, do CPC) .....	268
7.4.1. Arrendamento rural e parceria agrícola .....	268
7.4.2. Cobranças ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio .....	269
7.4.3. Ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico .....	269
7.4.4. Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre .....	270
7.4.5. Cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução .....	270
7.4.6. Cobrança de honorários de profissionais liberais .....	270
7.4.7. Causas que versem sobre a revogação de doação .....	271
7.4.8. Demais casos previstos em lei .....	271
7.5. Petição inicial .....	271
7.6. Citação .....	273
7.7. Audiência de conciliação .....	274
7.8. Presença das partes e patronos na audiência de conciliação .....	275
7.9. Resposta do réu .....	276
7.10. Casos de conversão em rito ordinário .....	278
7.11. Intervenção de terceiros .....	279

<b>8. VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS</b> .....	281
8.1. Introdução .....	281
8.2. Vício e nulidade .....	282
8.3. Classificação .....	284
8.4. Mera irregularidade .....	285
8.5. Nulidades relativas .....	286
8.6. Nulidade absoluta .....	288
8.7. Inexistência jurídica .....	290
8.8. Efeito expansivo e confinamento das nulidades .....	290

## LIVRO II

### CONHECIMENTO

<b>9. PETIÇÃO INICIAL</b> .....	295
9.1. Introdução .....	295
9.2. Requisitos estruturais da petição inicial .....	296
9.2.1. Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial .....	296
9.2.2. Indicação das partes e sua qualificação .....	297
9.2.3. Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido .....	299
9.2.4. Pedido .....	299
9.2.5. Valor da causa .....	300
9.2.6. Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados .....	302
9.2.7. Requerimento para citação do réu .....	303
9.3. Documentos indispensáveis à propositura da demanda .....	304
<b>10. POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL</b> .....	307
10.1. Introdução .....	307
10.2. Emenda da petição inicial .....	308
10.3. Indeferimento da petição inicial .....	309
10.3.1. Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação .	309
10.3.2. Hipóteses de indeferimento da petição inicial (art. 295, parágrafo único, do CPC) .....	311
10.3.2.1. Inépcia da petição inicial .....	311
10.3.2.2. Manifesta ilegitimidade de parte .....	312
10.3.2.3. Falta de interesse de agir .....	313
10.3.2.4. Prescrição e decadência .....	313
10.3.2.5. Procedimento inadequado .....	313

10.3.2.6. Ausência de indicação do nome do patrono do autor e não realização de emenda .....	314
10.4. Julgamento de improcedência liminar .....	315
10.4.1. Introdução .....	315
10.4.2. Requisitos para o julgamento de improcedência liminar .....	315
10.4.3. Conduta do juiz .....	317
10.4.4. Julgamento parcial de improcedência liminar? .....	318
10.4.5. Julgamento da apelação pelo tribunal .....	319
10.5. Citação .....	321
10.5.1. Conceito .....	321
10.5.2. Efeitos da citação .....	323
10.5.2.1. Efeitos processuais .....	323
10.5.2.1.1. Indução à litispendência .....	323
10.5.2.1.2. Prevenção do juízo .....	324
10.5.2.1.3 Estabilização da demanda .....	325
10.5.2.2. Efeitos materiais .....	327
10.5.2.2.1. Tornar a coisa litigiosa .....	327
10.5.2.2.2. Interrupção da prescrição .....	328
10.5.2.2.3. Constituição em mora do devedor .....	329
10.5.3. Modalidades de citação .....	329
10.5.3.1. Correio .....	329
10.5.3.2. Oficial de justiça .....	331
10.5.3.3. Edital .....	333
10.5.3.4. Meio eletrônico .....	335
<b>11. RESPOSTAS DO RÉU .....</b>	<b>337</b>
11.1. Introdução .....	337
11.2. Reconhecimento jurídico do pedido .....	339
11.3. Impugnação ao valor da causa .....	340
11.4. Impugnação à concessão dos benefícios da assistência judiciária .....	342
11.5. Contestação .....	344
11.5.1. Defesas processuais .....	345
11.5.1.1. Defesas dilatórias .....	345
11.5.1.1.1. Inexistência ou nulidade de citação (art. 301, I, do CPC) .....	345
11.5.1.1.2. Incompetência absoluta do juízo (art. 301, II, do CPC) .....	346
11.5.1.1.3. Conexão/continência (art. 301, VII, do CPC) ...	346
11.5.1.2. Defesas peremptórias .....	347
11.5.1.2.1. Inépcia da petição inicial (art. 301, III, do CPC) ..	347
11.5.1.2.2. Perempção (art. 301, IV, do CPC) .....	348



11.5.1.2.3. Litispendência (art. 301, V, do CPC) .....	349
11.5.1.2.4. Coisa julgada (art. 301, VI, do CPC) .....	349
11.5.1.2.5. Convenção de arbitragem (art. 301, IX, do CPC) .....	349
11.5.1.2.6. Carência da ação (art. 301, X, do CPC) .....	350
11.5.1.3. Defesas dilatórias potencialmente peremptórias .....	350
11.5.1.3.1. Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 301, VIII, do CPC) ...	350
11.5.1.3.2. Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar (art. 301, XI, do CPC) .....	351
11.5.2. Defesas de mérito .....	352
11.5.2.1. Defesa de mérito direta .....	353
11.5.2.2. Defesa de mérito indireta .....	353
11.5.3. Princípio da impugnação específica dos fatos .....	354
11.5.4. Princípio da eventualidade .....	355
11.6. Exceções rituais .....	356
11.6.1. Teoria geral das exceções .....	357
11.6.1.1. Legitimidade para alegação .....	357
11.6.1.2. Momento de alegação .....	357
11.6.1.3. Órgão competente para decidir a exceção .....	358
11.6.1.4. Prazo para a interposição da exceção .....	358
11.6.1.5. Termo inicial da contagem de prazo .....	359
11.6.1.6. Momento de suspensão do procedimento principal .....	359
11.6.1.6.1. Suspensão imprópria .....	360
11.6.1.6.2. Momento final da suspensão .....	360
11.6.2. Exceção de incompetência relativa .....	361
11.6.2.1. Prazo de interposição .....	361
11.6.2.2. Forma de alegação .....	361
11.6.2.3. Interposição no foro de domicílio do réu .....	363
11.6.2.4. Conteúdo da exceção de incompetência .....	364
11.6.2.5. Procedimento da exceção .....	365
11.6.3. Exceção de suspeição e impedimento .....	366
11.6.3.1. Procedimento .....	367
11.7. Reconvenção .....	368
11.7.1. Conceito .....	368
11.7.2. Condições da ação .....	369
11.7.2.1. Legitimidade de parte .....	369
11.7.2.2. Interesse de agir .....	373
11.7.2.3. Possibilidade jurídica do pedido .....	375
11.7.3. Pressupostos processuais .....	375
11.7.4. Procedimento .....	376
11.8. Ação declaratória incidental .....	378



11.8.1. Ação declaratória incidental e reconvenção .....	379
<b>12. REVELIA .....</b>	<b>381</b>
12.1. Conceito .....	381
12.2. Efeitos .....	382
12.2.1. Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros .....	382
12.2.2. Desnecessidade de intimação do réu revel .....	386
12.2.3. Julgamento antecipado do mérito .....	387
12.3. Modificação objetiva da demanda .....	388
12.4. Ingresso do réu revel no processo .....	390
12.4.1. Participação do réu revel no procedimento probatório .....	390
12.4.1.1. Provas causais .....	390
12.4.1.2. Provas pré-constituídas .....	392
<b>13. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO .....</b>	<b>395</b>
13.1. Providências preliminares .....	395
13.2. Julgamento conforme o estado do processo .....	396
13.2.1. Introdução .....	396
13.2.2. Extinção do processo sem a resolução do mérito .....	397
13.2.3. Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 269, II a V, do CPC .....	397
13.2.4. Julgamento antecipado da lide .....	398
13.2.5. Saneamento do processo .....	400
<b>14. PROVAS .....</b>	<b>405</b>
14.1. Teoria geral das provas .....	405
14.1.1. Conceito de prova .....	405
14.1.2. Espécies de prova .....	406
14.1.3. A verdade possível e a verossimilhança .....	407
14.1.4. A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real” ...	408
14.1.5. Direito à prova no processo civil .....	410
14.1.6. Objeto da prova .....	411
14.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 334 do CPC) .....	411
14.1.6.2. Relevância e pertinência .....	412
14.1.6.3. Fatos notórios .....	412
14.1.6.4. Ausência de controvérsia .....	413
14.1.6.5. Presunção .....	413
14.1.6.6. Prova do direito (art. 337 do CPC) .....	415

14.1.7. Ônus da prova .....	416
14.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova (art. 333 do CPC) .....	417
14.1.7.2. Inversão do ônus da prova .....	418
14.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova .....	419
14.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais .....	421
14.1.8. Os poderes instrutórios do juiz .....	421
14.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória .....	424
14.1.10. Valoração da prova .....	424
14.1.11. Prova emprestada .....	426
14.1.12. Prova ilícita .....	428
14.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas .....	428
14.1.13. Provas atípicas .....	430
14.2. Provas em espécie .....	431
14.2.1. Depoimento pessoal .....	431
14.2.1.1. Conceito .....	431
14.2.1.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal .....	432
14.2.1.3. Consequências do depoimento pessoal .....	433
14.2.1.4. Procedimento .....	435
14.2.1.5. Diferenças entre interrogatório e depoimento pessoal .....	437
14.2.2. Da confissão .....	438
14.2.2.1. Conceito .....	438
14.2.2.2. Espécies de confissão .....	439
14.2.2.3. Indivisibilidade da confissão .....	440
14.2.2.4. Invalidação da confissão .....	441
14.2.3. Da exibição de documento ou coisa .....	442
14.2.3.1. Conceito .....	442
14.2.3.2. Aspectos procedimentais comuns .....	443
14.2.3.3. Procedimento contra a parte contrária .....	444
14.2.3.4. Procedimento contra terceiro .....	447
14.2.4. Da prova documental .....	448
14.2.4.1. Conceito .....	448
14.2.4.2. Documento público e sua força probante .....	449
14.2.4.3. Documento particular e sua força probante .....	450
14.2.4.4. Incidente de falsidade documental .....	451
14.2.4.4.1. Natureza jurídica e objeto .....	451
14.2.4.4.2. Procedimento .....	453
14.2.4.5. Produção da prova documental .....	455
14.2.5. Da prova testemunhal .....	456
14.2.5.1. Conceito .....	456

14.2.5.2. Cabimento .....	457
14.2.5.3. Sujeitos que podem testemunhar .....	458
14.2.5.4. Direitos e deveres da testemunha .....	459
14.2.5.5. Produção da prova testemunhal .....	460
14.2.6. Da prova pericial .....	464
14.2.6.1. Conceito e espécies .....	464
14.2.6.2. Cabimento .....	465
14.2.6.3. Procedimento .....	466
14.2.6.3.1. Indicação do perito .....	466
14.2.6.3.2. Escusa do perito .....	467
14.2.6.3.3. Prova pericial complexa .....	467
14.2.6.3.4. Substituição do perito .....	468
14.2.6.3.5. Atos preparatórios .....	469
14.2.6.3.6. Intimação prévia das partes .....	470
14.2.6.3.7. Apresentação do laudo .....	470
14.2.6.4. Prova pericial e audiência de instrução e julgamento .....	471
14.2.6.5. Segunda perícia .....	472
14.2.6.6. Princípio da persuasão racional e a prova pericial .....	472
14.2.7. Da inspeção judicial .....	473
14.2.7.1. Conceito .....	473
14.2.7.2. Procedimento .....	474
<b>15. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO .....</b>	<b>477</b>
15.1. Introdução .....	477
15.2. Procedimento .....	478
15.2.1. Abertura e pregão das partes .....	479
15.2.2. Conciliação (tentativa de autocomposição) .....	479
15.2.3. Fixação dos pontos controvertidos .....	480
15.2.4. Esclarecimentos do perito .....	481
15.2.5. Depoimento pessoal .....	482
15.2.6. Oitiva das testemunhas .....	482
15.2.7. Debates orais .....	482
15.2.8. Prolação da sentença .....	483
15.3. Audiência una e contínua .....	484
15.4. Adiamento da audiência .....	484
<b>16. SENTENÇA .....</b>	<b>489</b>
16.1. Conceito legal de sentença .....	489
16.2. Classificação das sentenças .....	493
16.2.1. Conteúdo da sentença .....	493



16.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária .....	493
16.2.1.2. Sentença meramente declaratória .....	494
16.2.1.3. Sentença constitutiva .....	497
16.2.1.4. Sentença condenatória .....	497
16.2.1.5. Sentença executiva <i>lato sensu</i> .....	498
16.2.1.6. Sentença mandamental .....	499
16.2.2. Resolução de mérito .....	500
16.2.2.1. Sentenças terminativas (art. 267 do CPC) .....	500
16.2.2.1.1. Indeferimento da petição inicial .....	500
16.2.2.1.2. Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes .....	500
16.2.2.1.3. Abandono do processo .....	502
16.2.2.1.4. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo .....	503
16.2.2.1.5. Perempção, coisa julgada e litispendência .....	504
16.2.2.1.6. Carência da ação .....	505
16.2.2.1.7. Convenção de arbitragem .....	506
16.2.2.1.8. Desistência da ação .....	507
16.2.2.1.9. Direitos intransmissíveis .....	507
16.2.2.1.10. Confusão entre autor e réu .....	508
16.2.2.2. Sentenças definitivas (art. 269 do CPC) .....	510
16.2.2.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido .....	511
16.2.2.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido .....	511
16.2.2.2.3. Transação .....	512
16.2.2.2.4. Prescrição e decadência .....	512
16.2.2.2.5. Renúncia .....	512
16.3. Requisitos da sentença .....	513
16.3.1. Relatório .....	513
16.3.2. Fundamentação .....	514
16.3.3. Dispositivo .....	515
16.3.4. Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença .....	515
16.4. Princípio da congruência .....	516
16.4.1. Conceito .....	516
16.4.2. Exceções ao princípio da congruência .....	517
16.5. Sentença <i>extra petita</i> .....	518
16.5.1. Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i> .....	520
16.6. Sentença <i>ultra petita</i> .....	520
16.6.1. Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i> .....	521
16.7. Sentença <i>citra petita</i> ( <i>infra petita</i> ) .....	521
16.7.1. Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i> .....	523
16.8. Modificação da sentença pelo juízo sentenciante .....	525



16.9. Situação fática do momento da prolação da sentença .....	525
16.10. Capítulos de sentença .....	526
<b>17. COISA JULGADA .....</b>	<b>529</b>
17.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material .....	529
17.2. Coisa julgada total e parcial .....	530
17.3. Conceito e natureza jurídica .....	531
17.4. Função negativa da coisa julgada .....	533
17.5. Função positiva da coisa julgada .....	535
17.6. Limites objetivos da coisa julgada .....	536
17.7. Limites subjetivos da coisa julgada .....	538
17.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada .....	541
17.9. Coisa julgada nas relações continuativas .....	542
17.10. Relativização da coisa julgada .....	543
17.10.1. Introdução .....	543
17.10.2. Coisa julgada inconstitucional .....	544
17.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional .....	547
17.11. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	551
17.12. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	556

### LIVRO III

#### MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

<b>18. CONCEITO DE RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS .....</b>	<b>561</b>
18.1. Introdução .....	561
18.1.1. Sucedâneos recursais internos .....	563
18.1.1.1. Reexame necessário .....	563
18.1.1.2. Correição parcial .....	565
18.1.1.3. Pedido de reconsideração .....	566
18.1.1.4. Impugnação e embargos à execução .....	567
18.1.2. Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação) .....	567
<b>19. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>569</b>
19.1. Introdução .....	569
19.2. Objeto imediato do recurso .....	569
19.3. Fundamentação recursal (causa de pedir) .....	570
19.4. Abrangência da matéria impugnada .....	571
19.5. Independência ou subordinação .....	572

<b>20. EFEITOS DOS RECURSOS</b> .....	577
20.1. Introdução .....	577
20.2. Efeito obstativo .....	577
20.3. Efeito devolutivo .....	578
20.4. Efeito suspensivo .....	581
20.5. Efeito translativo .....	584
20.6. Efeito expansivo .....	586
20.7. Efeito substitutivo .....	588
20.8. Efeito regressivo .....	588
20.9. Efeito diferido .....	589
<b>21. PRINCÍPIOS RECURSAIS</b> .....	591
21.1. Duplo grau de jurisdição .....	591
21.1.1. Conceito .....	591
21.1.2. Vantagens do duplo grau de jurisdição .....	593
21.1.3. Desvantagens do duplo grau de jurisdição .....	594
21.1.4. O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitu- cional? .....	595
21.2. Taxatividade (legalidade) .....	596
21.3. Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade) .....	597
21.4. Voluntariedade .....	599
21.5. Dialeticidade .....	599
21.6. Fungibilidade .....	601
21.6.1. Dúvida fundada a respeito do recurso cabível .....	602
21.6.2. Inexistência de erro grosseiro .....	603
21.6.3. Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor .....	604
21.7. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	605
21.8. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias .....	606
21.9. Complementaridade .....	608
21.10. Consumação .....	609
<b>22. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b> .....	611
22.1. Introdução .....	611
22.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal .....	613
22.2.1. Cabimento .....	613
22.2.2. Legitimidade recursal .....	615
22.2.2.1. Partes .....	615
22.2.2.2. Terceiro prejudicado .....	617
22.2.2.3. Ministério Público .....	618

22.2.3. Interesse recursal .....	619
22.2.3.1. Necessidade .....	619
22.2.3.2. Adequação .....	622
22.2.4. Inexistência de ato impeditivo ou extinto do direito de recorrer ....	623
22.2.4.1. Desistência .....	623
22.2.4.2. Renúncia .....	625
22.2.4.3. Aquiescência .....	626
22.3. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal .....	627
22.3.1. Tempestividade .....	627
22.3.2. Preparo .....	631
22.3.3. Regularidade formal .....	634
<b>23. JUÍZO DE MÉRITO .....</b>	<b>637</b>
23.1. Introdução .....	637
23.2. Causa de pedir: <i>error in procedendo e error in iudicando</i> .....	638
23.3. Pedido .....	639
<b>24. APELAÇÃO .....</b>	<b>641</b>
24.1. Cabimento .....	641
24.2. Procedimento .....	643
24.2.1. Introdução .....	643
24.2.2. Procedimento no 1.º grau de jurisdição .....	643
24.2.3. Procedimento no tribunal de segundo grau .....	646
24.3. Súmula impeditiva de recursos (art. 518, § 1.º, do CPC) .....	647
24.4. Saneamento de vícios durante o julgamento da apelação (art. 515, § 4.º, do CPC) .....	649
24.5. Novas questões de fato (art. 517 do CPC) .....	651
24.6. Teoria da causa madura .....	652
<b>25. AGRAVO .....</b>	<b>657</b>
25.1. Introdução .....	657
25.2. Agravos contra decisões interlocutórias de primeiro grau .....	657
25.2.1. Cabimento de agravo retido e de agravo de instrumento .....	657
25.2.1.1. Agravo retido .....	661
25.2.1.1.1. Agravo retido interposto de forma escrita ....	662
25.2.1.1.2. Juízo de retratação e termo inicial de prazo para as contrarrazões .....	662
25.2.1.1.3. Agravo retido oral .....	663



25.2.1.1.4. Tempo de duração do agravo retido .....	664
25.2.1.1.5. A postura do agravado diante da interposição oral do agravo retido .....	664
25.2.1.1.6. A conversão do agravo de instrumento em retido .....	666
25.2.1.1.7. Pedido de julgamento na apelação ou contrarrazões .....	669
25.2.1.1.8. Julgamento do agravo retido no tribunal .....	670
25.2.1.2. Agravo de instrumento .....	671
25.2.1.2.1. Instrução do agravo de instrumento – peças processuais .....	671
25.2.1.2.1.1. Peças obrigatórias .....	673
25.2.1.2.1.2. Peças facultativas .....	674
25.2.1.2.1.3. Peças essenciais .....	675
25.2.1.2.2. Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau .....	677
25.2.1.2.3. Procedimento .....	679
25.2.1.2.3.1. Distribuição (art. 527, <i>caput</i> , do CPC) .....	679
25.2.1.2.3.2. Negativa de seguimento liminar (art. 527, I, do CPC) .....	679
25.2.1.2.3.3. Conversão em agravo retido .....	680
25.2.1.2.3.4. Tutela de urgência .....	681
25.2.1.2.3.5. Requisição de informações .....	684
25.2.1.2.3.6. Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões .....	685
25.2.1.2.3.7. Oitiva do Ministério Público .....	686
25.2.1.2.3.8. Julgamento do agravo .....	686
25.2.1.2.3.9. Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença .....	687
25.3. Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau .....	690
25.3.1. Agravo regimental .....	691
25.3.2. Agravo interno .....	692
25.3.2.1. Julgamento de conflito de competência (art. 120, parágrafo único) .....	692
25.3.2.2. Juízo de admissibilidade dos embargos infringentes. Decisão que nega conhecimento ao recurso (art. 532 do CPC) .....	693
25.3.2.3. Decisão que não admite o agravo contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e recurso extraordinário .....	694
25.3.2.4. Decisão monocrática do relator com base no art. 557 do CPC .....	695

25.3.2.5. Procedimento .....	697
25.3.2.5.1. Juízo de retratação .....	697
25.3.2.5.2. Inclusão em pauta .....	698
25.3.2.5.3. Contraditório .....	699
25.3.2.5.4. Agravo interno manifestamente inadmissível ou infundado .....	699
25.3.3. Agravo contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e extraordinário .....	701
25.3.3.1. Introdução .....	701
25.3.3.2. Cabimento .....	701
25.3.3.3. Procedimento .....	702
<b>26. EMBARGOS INFRINGENTES .....</b>	<b>705</b>
26.1. Cabimento .....	705
26.1.1. Hipóteses atípicas de cabimento .....	707
26.2. Objeto dos embargos infringentes .....	709
26.3. Efeitos dos embargos infringentes .....	711
26.4. Procedimento .....	712
<b>27. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....</b>	<b>715</b>
27.1. Natureza jurídica .....	715
27.2. Cabimento .....	716
27.2.1. Pronunciamentos recorríveis .....	716
27.2.2. Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração ...	717
27.3. Procedimento .....	720
27.4. Efeito interruptivo dos embargos de declaração .....	721
27.4.1. Embargos de declaração intempestivos .....	722
27.5. Embargos de declaração – intempestividade <i>ante tempus</i> .....	723
27.6. Manifesto caráter protelatório .....	724
27.7. Embargos de declaração atípicos .....	726
27.7.1. Embargos de declaração com efeito modificativo .....	727
27.7.2. Embargos de declaração com efeitos infringentes .....	728
<b>28. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>729</b>
28.1. Introdução .....	729
28.2. Cabimento .....	730
28.2.1. Causas internacionais .....	730
28.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança .....	731
28.2.3. Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção .....	732

<b>29. RECURSO ESPECIAL</b> .....	733
29.1. Hipóteses de cabimento .....	733
29.1.1. Pressupostos cumulativos .....	733
29.1.1.1. Decisão de única ou última instância .....	733
29.1.1.2. Decisão proferida por tribunal .....	734
29.1.1.3. Prequestionamento .....	735
29.1.2. Pressupostos alternativos .....	737
29.1.2.1. Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal .....	737
29.1.2.2. Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal .....	738
29.1.2.3. Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal .....	738
<b>30. RECURSO EXTRAORDINÁRIO</b> .....	741
30.1. Hipóteses de cabimento .....	741
30.1.1. Pressupostos cumulativos .....	741
30.1.1.1. Decisão de única ou última instância .....	741
30.1.1.2. Prequestionamento .....	742
30.1.1.3. Repercussão geral .....	743
30.1.2. Requisitos específicos .....	751
30.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional .....	751
30.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal .....	752
30.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal .....	753
30.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal .....	753
<b>31. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL</b> .....	755
31.1. Procedimento .....	755
31.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito .....	758
31.3. Efeitos dos recursos federais .....	760
31.3.1. Efeito devolutivo .....	760
31.3.2. Efeito suspensivo .....	762
31.4. Recursos excepcionais retidos .....	764
31.5. Julgamento por amostragem .....	766
<b>32. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA</b> .....	769
32.1. Introdução .....	769



32.2. Cabimento .....	769
32.2.1. Acórdão embargado .....	770
32.2.2. Acórdão paradigma .....	771
<b>33. AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>773</b>
33.1. Natureza jurídica .....	773
33.2. Conceito de rescindibilidade .....	774
33.3. Objeto da rescisão .....	774
33.4. Hipóteses de cabimento .....	776
33.4.1. Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz .....	776
33.4.2. Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo .....	777
33.4.3. Dolo da parte vencedora e colusão das partes para fraudar a lei .....	778
33.4.4. Ofensa à coisa julgada .....	779
33.4.5. Violar literal disposição de lei .....	779
33.4.6. Prova falsa .....	780
33.4.7. Obtenção de documento novo .....	781
33.4.8. Fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença .....	783
33.4.9. Erro de fato .....	784
33.5. Legitimidade .....	785
33.6. Competência .....	787
33.7. Prazo .....	788
33.8. Ação executória e execução do julgado .....	789
33.9. Procedimento .....	790
33.9.1. Petição inicial .....	790
33.9.2. Reações do juiz diante da petição inicial .....	792
33.9.3. Resposta do réu .....	793
33.9.4. Atividade saneadora .....	794
33.9.5. Fase probatória .....	794
33.9.6. Manifestações finais .....	795
33.9.7. Julgamento .....	795

**LIVRO IV**

## EXECUÇÃO

<b>34. FORMAS EXECUTIVAS .....</b>	<b>799</b>
34.1. Introdução .....	799

34.2. Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva .....	799
34.3. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta) .....	803
<b>35. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>807</b>
35.1. Introdução .....	807
35.2. <i>Nulla executio sine titulo</i> .....	807
35.3. Patrimonialidade .....	809
35.4. Desfecho único e disponibilidade da execução .....	809
35.5. Utilidade .....	812
35.6. Menor onerosidade .....	813
35.7. Lealdade e boa-fé processual .....	813
35.8. Contraditório .....	816
<b>36. PARTES NA EXECUÇÃO .....</b>	<b>819</b>
36.1. Introdução .....	819
36.2. Diferentes espécies de legitimidade na execução .....	820
36.2.1. Polo ativo .....	820
36.2.2. Polo passivo .....	821
36.3. Legitimação ativa .....	821
36.3.1. Credor a quem a lei confere título executivo .....	821
36.3.2. Legitimidade do Ministério Público .....	822
36.3.3. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores .....	824
36.3.4. Legitimidade do cessionário e do sub-rogado .....	825
36.4. Legitimidade passiva .....	825
36.4.1. Sujeito que figura no título como devedor .....	825
36.4.2. Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores .....	826
36.4.3. Novo devedor .....	827
36.4.4. Fiador judicial .....	827
36.4.5. Responsável tributário .....	829
36.4.6. Legitimidade do responsável secundário .....	830
36.5. Intervenção de terceiros na execução .....	832
36.5.1. Intervenções típicas .....	832
36.5.2. Intervenções atípicas .....	834
<b>37. COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO .....</b>	<b>837</b>
37.1. Competência da execução de título executivo judicial .....	837
37.1.1. Introdução .....	837
37.1.2. Competência executiva dos tribunais .....	837

37.1.3. Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição .....	839
37.1.3.1. Exceções à regra do art. 475-P, II, do CPC .....	839
37.1.3.2. Trâmite dos autos entre diferentes juízos .....	841
37.1.3.3. A regra do art. 475-P, II, do CPC e a perpetuatio jurisdictionis .....	842
37.1.4. Competência para a fase de satisfação de sentença arbitral, decisão homologatória de sentença estrangeira e sentença penal condenatória .....	843
37.2. Competência da execução de título extrajudicial .....	845
37.3. Competência no processo de insolvência civil .....	847
<b>38. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL .....</b>	<b>849</b>
38.1. Obrigação e responsabilidade patrimonial .....	849
38.2. Inexistência de responsabilidade pessoal .....	850
38.3. Bens que respondem pela satisfação na execução .....	851
38.4. Impenhorabilidade de bens .....	852
38.4.1. Patrimônio mínimo e dignidade humana .....	852
38.4.2. As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro .....	853
38.4.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução .....	854
38.4.2.2. Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 649, II, do CPC) .....	855
38.4.2.3. Vestuários e pertencentes de uso pessoal .....	856
38.4.2.4. Ganhos aptos a manter a subsistência do executado ....	857
38.4.2.5. Bens necessários ou úteis ao exercício profissional .....	859
38.4.2.6. Seguro de vida .....	861
38.4.2.7. Materiais necessários para obras em andamento .....	862
38.4.2.8. Pequena propriedade rural trabalhada pela família .....	862
38.4.2.9. Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social .....	863
38.4.2.10. Valores depositados em caderneta de poupança .....	863
38.4.2.11. Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político .....	864
38.5. Responsabilidade patrimonial secundária .....	864
38.5.1. Bens do sucessor a título singular .....	865
38.5.2. Bens do sócio, nos termos da lei .....	866
38.5.3. Bens do devedor, quando estiverem em poder de terceiros .....	868
38.5.4. Bens do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação respondem pela dívida .....	868



38.5.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução .....	871
38.6. Fraudes do devedor .....	871
38.6.1. Fraude contra credores .....	871
38.6.2. Fraude à execução .....	874
38.6.3. Fraude de bem constrito judicialmente .....	876
<b>39. TÍTULO EXECUTIVO .....</b>	<b>879</b>
39.1. Introdução .....	879
39.2. Títulos executivos judiciais .....	882
39.2.1. Sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de uma obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia .....	882
39.2.2. Sentença penal condenatória transitada em julgado .....	886
39.2.3. Sentença homologatória de transação e de conciliação .....	889
39.2.4. Sentença arbitral .....	889
39.2.5. Acordo extrajudicial de qualquer natureza homologado judicialmente .....	890
39.2.6. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça .....	890
39.2.7. Formal e certidão de partilha .....	891
39.3. Títulos executivos extrajudiciais .....	892
39.3.1. Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque .....	893
39.3.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores .....	893
39.3.3. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e de caução, bem como de seguro de vida .....	895
39.3.4. Crédito decorrente de foro e laudêmio .....	896
39.3.5. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio .....	897
39.3.6. Crédito de serventuário da justiça, de perito, de intérprete e tradutor quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial .....	897
39.3.7. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei .....	898
39.3.8. Todos os demais títulos, a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva .....	899

<b>40. EXECUÇÃO PROVISÓRIA .....</b>	<b>901</b>
40.1. Conceito .....	901
40.2. Execução provisória de título executivo extrajudicial .....	902
40.3. Caução na execução provisória .....	904
40.4. Dispensa da caução .....	907
40.5. Responsabilidade objetiva do exequente .....	910
40.6. Formalização dos autos da execução provisória .....	911
40.7. Execução provisória contra a Fazenda Pública .....	912
<b>41. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA .....</b>	<b>913</b>
41.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis .....	913
41.2. Títulos que podem ser objeto de liquidação .....	915
41.3. Vedação à sentença ilíquida .....	916
41.4. Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo .....	917
41.5. Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença? .....	919
41.6. Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada .....	920
41.7. Liquidação como forma de frustração da execução: valor zero e ausência de provas do dano .....	922
41.8. Natureza jurídica da liquidação .....	923
41.9. Legitimidade ativa .....	925
41.10. Competência .....	925
41.11. Regra da fidelidade ao título executivo (art. 475-G do CPC) .....	926
41.12. Liquidação por mero cálculo aritmético do credor .....	927
41.12.1. Introdução .....	927
41.12.2. Dados necessários à elaboração dos cálculos em poder do executado ou de terceiros .....	928
41.12.3. Consequência da ausência de exibição de dados .....	929
41.12.4. Remessa dos autos ao contador .....	930
41.12.5. Procedimento da remessa dos autos ao contador .....	931
41.13. Liquidação por arbitramento .....	933
41.13.1. Cabimento .....	933
41.13.2. Procedimento .....	934
41.14. Liquidação por artigos .....	935
<b>42. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER ....</b>	<b>939</b>
42.1. Introdução .....	939
42.2. Aspectos procedimentais .....	940
42.3. Tutela específica e conversão em perdas e danos .....	942

42.3.1. Vontade do exequente .....	943
42.3.2. Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente .....	944
42.3.3. Procedimento da conversão em perdas e danos .....	945
42.4. Atipicidade das formas executivas .....	945
42.4.1. Prisão civil .....	946
42.5. Multa coercitiva .....	948
42.5.1. Introdução .....	948
42.5.2. Valor da multa .....	948
42.5.3. Beneficiado pela multa .....	949
42.5.4. Fazenda Pública em juízo .....	950
42.5.5. Alteração do valor e periodicidade da multa .....	951
42.5.6. Exigibilidade da multa .....	953
<b>43. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA ...</b>	<b>957</b>
43.1. Introdução .....	957
43.2. Aspectos procedimentais .....	958
<b>44. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA .....</b>	<b>961</b>
44.1. Introdução .....	961
44.2. Termo inicial de contagem da multa de 10% (art. 475-J, <i>caput</i> , do CPC) .....	961
44.3. Multa e o “pagamento” .....	964
44.4. Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença .....	965
44.5. Forma de provocação – requerimento .....	965
44.6. Expedição do mandado de penhora e avaliação, observado o disposto no art. 614, II, do CPC .....	966
44.7. Intimação do demandado e prazo para apresentação da impugnação ...	967
44.8. Avaliação pelo próprio oficial de justiça e somente em casos excepcionais por avaliador .....	968
44.9. Remessa dos autos ao arquivo .....	969
44.10. Honorários advocatícios .....	970
<b>45. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER .....</b>	<b>973</b>
45.1. Introdução .....	973
45.2. Execução das obrigações de fazer .....	974
45.3. Execução das obrigações de não fazer .....	978
45.4. Obrigações de emitir declaração de vontade .....	980





47.5.2.9. Adjudicação provisória .....	1036
47.6. Alienação por iniciativa particular .....	1037
47.6.1. Introdução .....	1037
47.6.2. Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido .....	1038
47.6.3. Alienação por corretor credenciado perante a autoridade judiciária .....	1038
47.6.4. Requisitos para a alienação .....	1039
47.7. Arrematação .....	1041
47.7.1. Introdução .....	1041
47.7.2. Requisitos formais do edital da hasta pública .....	1042
47.7.3. Publicidade do edital .....	1044
47.7.4. Dispensa da publicação de editais .....	1046
47.7.5. Comunicações da hasta pública .....	1047
47.7.6. Realização da hasta pública .....	1049
47.7.7. Hasta pública eletrônica .....	1050
47.7.8. Legitimados a arrematar .....	1051
47.7.9. Procedimento da hasta pública .....	1052
47.7.10. Arrematação ineficaz .....	1056
47.7.11. Alienação antecipada .....	1059
47.8. Usufruto executivo .....	1060
47.8.1. Introdução .....	1060
47.8.2. Objeto do usufruto executivo .....	1061
47.8.3. Cabimento do usufruto executivo .....	1061
47.8.4. Momento do usufruto executivo .....	1063
47.8.5. Procedimento do usufruto executivo .....	1064
47.9. Entrega de dinheiro ao credor .....	1066
<b>48. EXECUÇÕES ESPECIAIS .....</b>	<b>1071</b>
48.1. Execução de prestação alimentícia .....	1071
48.1.1. Introdução .....	1071
48.1.2. Procedimento .....	1073
48.1.2.1. Diferentes procedimentos .....	1073
48.1.2.2. Execução por sub-rogação .....	1073
48.1.2.3. Execução indireta – prisão civil .....	1075
48.2. Execução contra a Fazenda Pública .....	1078
48.2.1. Introdução .....	1078
48.2.2. Procedimento .....	1080
48.2.3. Regime dos precatórios .....	1081
48.2.4. Compensação em favor da Fazenda Pública .....	1083

48.2.5. Emenda Constitucional 62/2009 (A EC do Calote) .....	1084
48.2.6. Dispensa de precatório .....	1086
48.2.7. Preterição no pagamento .....	1086
<b>49. DEFESAS DO EXECUTADO .....</b>	<b>1089</b>
49.1. Introdução .....	1089
49.2. Embargos à execução .....	1089
49.2.1. Natureza jurídica dos embargos .....	1089
49.2.2. Garantia do juízo .....	1090
49.2.3. Prazo dos embargos .....	1091
49.2.4. Rejeição liminar dos embargos .....	1094
49.2.4.1. Intempestividade dos embargos .....	1095
49.2.4.2. Inépcia da petição inicial .....	1096
49.2.4.3. Embargos manifestamente protelatórios .....	1097
49.2.5. Efeito suspensivo .....	1099
49.2.5.1. Requisitos .....	1099
49.2.5.2. Ausência de preclusão judicial .....	1102
49.2.5.3. Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo .....	1103
49.2.5.4. Suspensão parcial do processo .....	1104
49.2.6. Procedimento dos embargos à execução .....	1106
49.2.6.1. Início do procedimento .....	1106
49.2.6.2. Revelia .....	1108
49.2.6.3. Outras reações .....	1110
49.2.6.4. Decisão dos embargos .....	1111
49.2.6.5. Matérias que podem ser objeto de embargos à execu- ção .....	1113
49.2.6.5.1. Nulidade da execução, por não ser executivo o título apresentado .....	1113
49.2.6.5.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	1114
49.2.6.5.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	1116
49.2.6.5.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa .....	1118
49.3. Impugnação .....	1119
49.3.1. Natureza jurídica .....	1119
49.3.2. Matérias alegáveis em sede de impugnação .....	1120
49.3.2.1. Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia .....	1120
49.3.2.2. Inexigibilidade do título .....	1121
49.3.2.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	1122
49.3.2.4. Ilegitimidade das partes .....	1122



49.3.2.5. Excesso de execução .....	1122
49.3.2.6. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença .....	1122
49.3.3. Procedimento .....	1123
49.4. Exceção e objeção de pré-executividade .....	1126
49.4.1. Análise histórica .....	1126
49.4.2. Problemas de terminologia .....	1126
49.4.3. Distinção entre exceção de pré-executividade e objeção de pré- -executividade .....	1128
49.4.4. Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade .....	1129
49.4.5. Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade ....	1131

## LIVRO V

### TUTELA DE URGÊNCIA

<b>50. TUTELA ANTECIPADA E TUTELA CAUTELAR .....</b>	<b>1137</b>
50.1. Introdução .....	1137
50.2. Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada .....	1139
50.2.1. Diferenças .....	1139
50.2.1.1. Natureza jurídica .....	1139
50.2.1.1.1. “Cautelares satisfativas” .....	1140
50.2.1.2. Requisitos para concessão .....	1142
50.2.1.3. Atividade oficiosa do juiz .....	1143
50.2.1.4. Autonomia .....	1144
50.2.2. Identidades .....	1146
50.2.2.1. Provisoriedade .....	1146
50.2.2.2. Cognição sumária – juízo de probabilidade .....	1147
50.2.2.3. Inexistência de satisfação jurídica .....	1147
50.2.2.4. Requisitos para concessão .....	1148
50.3. Conclusões da comparação .....	1149
50.3.1. Aplicação subsidiária da teoria geral cautelar à antecipação de tutela .....	1149
50.3.1.1. Caução .....	1149
50.3.1.2. Audiência de justificação .....	1150
50.3.1.3. Responsabilidade objetiva .....	1151
50.3.1.4. Competência .....	1151
50.3.1.5. Efeitos da apelação .....	1152
50.3.2. Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência .....	1153

<b>51. TUTELA ANTECIPADA</b> .....	1155
51.1. Introdução .....	1155
51.2. Espécies de tutela antecipada .....	1155
51.3. Antecipação de tutela de parcela incontroversa da pretensão (art. 273, § 6.º, do CPC) .....	1157
51.4. Efeitos antecipáveis .....	1161
51.5. Processos e procedimentos compatíveis .....	1163
51.6. Requisitos positivos .....	1165
51.6.1. Prova inequívoca da verossimilhança da alegação .....	1166
51.6.2. Receio de dano irreparável ou de difícil reparação .....	1168
51.6.3. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu .....	1169
51.6.3.1. Abuso do direito de defesa .....	1169
51.6.3.2. Manifesto propósito protelatório do réu .....	1170
51.7. Requisito negativo – irreversibilidade .....	1172
51.8. Legitimação .....	1173
51.9. Discricionariedade e fundamentação da decisão .....	1175
51.10. Momento da antecipação .....	1177
51.10.1. Inaudita <i>altera parte</i> .....	1177
51.10.2. Sentença .....	1179
51.10.3. Fase recursal .....	1182
51.11. Eficácia temporal da tutela antecipada .....	1184
51.12. Revogação ou modificação .....	1186
51.13. Efetivação .....	1188
51.14. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública .....	1190
<b>52. TEORIA GERAL DA TUTELA CAUTELAR</b> .....	1195
52.1. Características .....	1195
52.1.1. Sumariedade .....	1195
52.1.2. Provisoriedade .....	1196
52.1.3. Instrumentalidade .....	1197
52.1.4. Revogabilidade .....	1198
52.2. Competência .....	1201
52.2.1. Críticas ao art. 800, <i>caput</i> , do CPC .....	1201
52.2.2. Ações cautelares probatórias .....	1203
52.2.3. Competência e prevenção do juízo .....	1204
52.2.3.1. Juízo competente e prevenção .....	1204
52.2.3.2. Juízo incompetente e prevenção .....	1204
52.2.3.3. Prevenção do juízo e cautelares probatórias .....	1205

52.2.4. Competência cautelar em grau recursal .....	1206
52.3. Mérito cautelar .....	1207
52.4. Procedimento .....	1208
52.4.1. Petição inicial .....	1208
52.4.2. Contraditório na demanda cautelar .....	1210
52.4.3. Revelia .....	1211
52.4.4. Instrução probatória .....	1211
52.4.5. Sentença .....	1212
52.5. Liminar .....	1213
52.6. Coisa julgada material .....	1215
52.7. Poder geral de cautela .....	1217
52.8. Prazo de eficácia da medida cautelar .....	1219
52.9. Cessação da eficácia da tutela cautelar .....	1221
52.9.1. Não propositura da ação principal em 30 dias (art. 808, I, do CPC) .....	1221
52.9.2. Ausência de execução da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 808, II) .....	1221
52.9.3. Extinção do processo principal com ou sem resolução do mérito .....	1222
52.10. Responsabilidade objetiva .....	1223
52.10.1. Introdução .....	1223
52.10.2. Hipóteses legais de responsabilidade objetiva .....	1223
52.10.2.1. Sentença no processo principal for desfavorável (art. 811, I, do CPC) .....	1223
52.10.2.2. Obtenção da cautelar liminarmente e não promoção de citação do requerido em cinco dias (art. 811, II, do CPC) .....	1224
52.10.2.3. Cessação da eficácia nos casos do art. 808 do CPC (art. 811, III, do CPC) .....	1224
52.10.2.4. Sentença de prescrição e decadência (art. 811, IV, do CPC) .....	1225
52.10.3. Liquidação e execução .....	1225
<b>53. ARRESTO</b> .....	1227
53.1. Conceito .....	1227
53.2. Pressupostos para a concessão do arresto .....	1228
53.3. Aspectos procedimentais .....	1230
<b>54. SEQUESTRO</b> .....	1233
54.1. CONCEITO .....	1233



54.2. Distinção entre arresto e sequestro .....	1234
54.3. Pressupostos para a concessão do sequestro .....	1235
<b>55. CAUÇÃO .....</b>	<b>1239</b>
55.1. Conceito .....	1239
55.2. Classificação .....	1240
55.3. <i>Cautio pro expensis</i> (caução para pagamento de custas e honorários advocatícios) .....	1242
55.4. Aspectos procedimentais .....	1243
<b>56. BUSCA E APREENSÃO .....</b>	<b>1245</b>
56.1. Conceito .....	1245
56.2. Espécies .....	1246
56.3. Procedimento .....	1247
<b>57. EXIBIÇÃO DE COISA OU DOCUMENTO .....</b>	<b>1249</b>
57.1. Conceito de exibição .....	1249
57.2. As diferentes espécies de exibição de coisa ou de documento .....	1250
57.2.1. Exibição como meio de prova durante a fase instrutória .....	1250
57.2.2. Exibição preparatória para conhecimento de dados a instruir a ação principal .....	1251
57.2.3. Exibição fundada em direito material sobre a coisa ou sobre o documento .....	1251
57.2.4. Exibição cautelar de coisa ou de documento .....	1252
57.3. Procedimento da ação autônoma exhibitória .....	1253
57.3.1. Legitimidade .....	1253
57.3.2. Petição inicial e liminar .....	1254
57.3.3. Respostas do demandado .....	1255
57.3.4. Ausência de exibição .....	1256
57.3.5. Sentença .....	1257
<b>58. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS .....</b>	<b>1259</b>
58.1. Introdução .....	1259
58.2. Legitimidade .....	1260
58.2.1. Legitimidade ativa .....	1260
58.2.2. Legitimidade passiva .....	1261
58.3. Competência .....	1262
58.3.1. Inaplicabilidade da regra estabelecida pelo art. 800 do CPC .....	1262
58.3.2. Prevenção do juízo da produção antecipada de provas .....	1263

58.4. Aspectos procedimentais .....	1264
58.4.1. Petição inicial .....	1264
58.4.2. Mérito da produção antecipada de provas .....	1265
58.4.3. Liminar .....	1267
58.4.4. Respostas do requerido .....	1267
58.4.5. Preparação e realização da prova .....	1269
58.4.6. Sentença .....	1271
<b>59. ALIMENTOS PROVISIONAIS .....</b>	<b>1275</b>
59.1. Conceito e natureza jurídica .....	1275
59.2. Alimentos provisionais e alimentos provisórios .....	1276
59.3. Procedimento .....	1278
<b>60. ARROLAMENTO DE BENS .....</b>	<b>1281</b>
60.1. Visão geral .....	1281
<b>61. JUSTIFICAÇÃO .....</b>	<b>1283</b>
61.1. Introdução .....	1283
61.2. Natureza jurídica não cautelar .....	1284
61.3. Jurisdição voluntária .....	1285
61.4. Espécie de prova produzida .....	1286
61.5. Interesse na produção da prova testemunhal .....	1287
61.6. Competência .....	1288
61.7. Procedimento .....	1289
61.7.1. Petição inicial .....	1289
61.7.2. Citação dos interessados .....	1290
61.7.3. Participação do Ministério Público .....	1291
61.7.4. Não admissão de defesa .....	1291
61.7.5. Irrecorribilidade .....	1292
61.7.6. Sentença .....	1293
<b>62. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES .....</b>	<b>1295</b>
62.1. Conceito .....	1295
62.2. Natureza jurídica .....	1296
62.3. Procedimento .....	1297
<b>63. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL .....</b>	<b>1301</b>
63.1. Introdução .....	1301
63.2. Natureza jurídica .....	1302
63.3. Penhor legal e autotutela .....	1303

63.4. Procedimento .....	1304
<b>64. POSSE EM NOME DE NASCITURO .....</b>	<b>1309</b>
64.1. Introdução .....	1309
64.2. Natureza jurídica .....	1309
64.3. Legitimidade .....	1311
64.4. Procedimento .....	1311
<b>65. ATENTADO .....</b>	<b>1313</b>
65.1. Conceito e cabimento .....	1313
65.2. Natureza jurídica .....	1315
65.3. Procedimento .....	1316
<b>66. PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS .....</b>	<b>1319</b>
66.1. Introdução .....	1319
66.2. Protesto de título .....	1320
66.3. Apreensão de títulos .....	1321

## LIVRO VI

### PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

<b>67. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO .....</b>	<b>1325</b>
67.1. Introdução .....	1325
67.2. Consignação extrajudicial .....	1325
67.3. Competência .....	1327
67.4. Legitimidade .....	1328
67.5. Objeto da demanda consignatória .....	1328
67.6. Procedimento .....	1329
67.7. Complementação do depósito .....	1332
67.8. Consignação de prestações periódicas .....	1333
67.9. Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito .....	1334
67.10. Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios .....	1335
<b>68. AÇÃO DE DEPÓSITO .....</b>	<b>1339</b>
68.1. Introdução .....	1339
68.2. Legitimidade e Competência .....	1340



68.3. Procedimento .....	1341
68.4. Depositário judicial .....	1343
68.5. Prisão civil .....	1344
<b>69. AÇÃO DE ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR .....</b>	<b>1345</b>
69.1. Introdução .....	1345
69.2. Ação de reivindicação .....	1346
69.3. Ação de substituição de título ao portador .....	1346
69.4. Ação de anulação e substituição de título ao portador .....	1347
<b>70. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS .....</b>	<b>1351</b>
70.1. Introdução .....	1351
70.2. Legitimidade .....	1352
70.3. Natureza dúplice .....	1353
70.4. Competência .....	1354
70.5. Ação de exigir contas .....	1354
70.6. Ação de dar contas .....	1357
<b>71. AÇÕES POSSESSÓRIAS .....</b>	<b>1359</b>
71.1. Proteção possessória .....	1359
71.2. Fungibilidade .....	1360
71.3. Ação dúplice? .....	1361
71.4. Competência .....	1362
71.5. Legitimação .....	1363
71.6. Exceção de domínio .....	1364
71.7. Cumulação de pedidos .....	1365
71.8. Procedimento .....	1366
71.8.1. Reintegração e manutenção de posse .....	1366
71.8.2. Interdito proibitório .....	1369
<b>72. AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA .....</b>	<b>1371</b>
72.1. Introdução .....	1371
72.2. Cabimento .....	1372
72.3. Legitimidade .....	1373
72.4. Procedimento .....	1374
72.5. Embargo extrajudicial .....	1376

<b>73. AÇÃO DE USUCAPIÃO</b> .....	1377
73.1. Definição de usucapião .....	1377
73.2. Requisitos gerais e específicos da usucapião .....	1378
73.3. Legitimação .....	1379
73.4. Competência .....	1381
73.5. Petição inicial .....	1381
73.6. Citações e intimações .....	1382
73.7. Sentença e transcrição no registro de imóveis .....	1383
73.8. Usucapião como matéria de defesa .....	1383
<b>74. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS</b> .....	1385
74.1. Introdução .....	1385
74.2. Procedimento da ação de demarcação .....	1387
74.3. Procedimento da ação de divisão .....	1388
<b>75. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA</b> .....	1391
75.1. Introdução .....	1391
75.2. Inventário negativo .....	1392
75.3. Competência e universalidade do foro sucessório .....	1393
75.4. Questões de alta indagação .....	1393
75.5. Administrador provisório .....	1394
75.6. Inventariante .....	1395
75.7. Arrolamento sumário .....	1397
75.8. Arrolamento comum .....	1398
75.9. Procedimento do inventário .....	1399
75.10. Colação .....	1401
75.11. Sonegação .....	1402
75.12. Pagamento das dívidas .....	1403
75.13. Herdeiro preterido .....	1404
75.14. Partilha .....	1405
<b>76. EMBARGOS DE TERCEIRO</b> .....	1409
76.1. Conceito .....	1409
76.2. Hipóteses especiais de embargos de terceiro .....	1410
76.3. Legitimação .....	1412
76.4. Competência .....	1415
76.5. Prazo para ingresso dos embargos de terceiro .....	1416
76.6. Procedimento .....	1417

<b>77. AÇÃO DE HABILITAÇÃO</b> .....	1421
77.1. Introdução .....	1421
77.2. Procedimento .....	1422
<b>78. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS</b> .....	1425
78.1. Introdução .....	1425
78.2. Legitimidade .....	1426
78.3. Competência .....	1427
78.4. Procedimento .....	1427
<b>79. VENDAS A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO</b> .....	1431
79.1. Introdução .....	1431
79.2. Procedimento da execução do preço .....	1432
79.3. Procedimento para recuperação da coisa vendida .....	1432
<b>80. AÇÃO MONITÓRIA</b> .....	1435
80.1. Conceito .....	1435
80.2. Natureza jurídica .....	1436
80.3. Admissibilidade .....	1438
80.4. Fazenda Pública e ação monitória .....	1440
80.5. Incapaz e ação monitória .....	1441
80.6. Ingresso da monitória .....	1442
80.7. Expedição do mandado monitório e citação do réu .....	1443
80.8. Posturas do réu .....	1444
80.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório .....	1445
80.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente .....	1446
80.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material .....	1446
80.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória .....	1448
80.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento .....	1449
80.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório .....	1453
80.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório .....	1454
80.16. Fase de cumprimento de sentença .....	1456
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	1459



# SUMÁRIO

## LIVRO I

### TEORIA GERAL DO PROCESSO

<b>1. JURISDIÇÃO</b> .....	3
1.1. Conceito .....	3
1.2. Equivalentes jurisdicionais .....	5
1.2.1. Autotutela .....	5
1.2.2. Autocomposição .....	6
1.2.3. Arbitragem .....	8
1.3. Escopos da jurisdição .....	10
1.4. Características principais .....	11
1.4.1. Caráter substitutivo .....	11
1.4.2. Lide .....	13
1.4.3. Inércia .....	14
1.4.4. Definitividade .....	16
1.5. Princípios da jurisdição .....	17
1.5.1. Investidura .....	17
1.5.2. Territorialidade (aderência ao território) .....	17
1.5.3. Indelegabilidade .....	19
1.5.4. Inevitabilidade .....	20
1.5.5. Inafastabilidade .....	20
1.5.6. Juiz natural .....	25
1.5.7. Promotor natural .....	26
1.6. Espécies de jurisdição .....	27

1.6.1. Jurisdição penal ou civil .....	27
1.6.2. Jurisdição superior ou inferior .....	28
1.6.3. Jurisdição comum e especial .....	28
1.7. Jurisdição voluntária .....	28
1.7.1. Características .....	28
1.7.1.1. Obrigatoriedade .....	28
1.7.1.2. Princípio inquisitivo .....	29
1.7.1.3. Juízo de equidade .....	30
1.7.1.4. Participação do Ministério Público como fiscal da lei .....	31
1.7.2. Natureza jurídica .....	32
1.7.2.1. Inexistência de caráter substitutivo .....	32
1.7.2.2. Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto .....	33
1.7.2.3. Ausência de lide .....	33
1.7.2.4. Não há partes, mas meros interessados .....	34
1.7.2.5. Não há processo, mas mero procedimento .....	35
1.7.2.6. Inexistência de coisa julgada material .....	35
1.8. Tutela jurisdicional .....	36
1.8.1. Espécie de crise jurídica .....	36
1.8.2. Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais .....	39
1.8.3. Coincidência de resultados com a satisfação voluntária .....	41
1.8.4. Espécie de técnicas procedimentais .....	44
<b>2. PROCESSO</b> .....	<b>47</b>
2.1. Introdução .....	47
2.1.1. Processo como procedimento .....	47
2.1.2. Processo como contrato .....	48
2.1.3. Processo como um quase contrato .....	48
2.1.4. Processo como relação jurídica .....	49
2.1.5. Processo como situação jurídica .....	49
2.1.6. Processo como procedimento em contraditório .....	50
2.1.7. Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório ..	50
2.1.8. Conclusão .....	51
2.2. Procedimento .....	51
2.3. Relação jurídica processual .....	51
2.3.1. Composição .....	51
2.3.2. Características .....	53
2.3.3. Pressupostos processuais .....	54
2.3.3.1. Pressupostos processuais subjetivos (juiz/juízo) .....	55
2.3.3.1.1. Investidura .....	55
2.3.3.1.2. Imparcialidade .....	55

2.3.3.1.3. Competência .....	56
2.3.3.2. Pressupostos processuais subjetivos (partes) .....	56
2.3.3.2.1. Capacidade de ser parte .....	56
2.3.3.2.2. Capacidade de estar em juízo .....	57
2.3.3.2.3. Capacidade postulatória .....	58
2.3.3.3. Pressupostos processuais objetivos .....	59
2.3.3.3.1. Pressupostos processuais objetivos extrínsecos .....	59
2.3.3.3.2. Pressupostos processuais objetivos intrínsecos .....	60
2.3.3.3.2.1. Demanda .....	60
2.3.3.3.2.2. Petição inicial apta .....	60
2.3.3.3.2.3. Citação válida .....	61
2.3.3.3.2.4. Regularidade formal .....	62
2.4. Princípios processuais .....	62
2.4.1. Devido processo legal .....	62
2.4.2. Contraditório .....	63
2.4.2.1. Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação .....	64
2.4.2.2. Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz .....	65
2.4.2.3. Contraditório como forma de evitar surpresa às partes .....	66
2.4.2.4. Contraditório inútil .....	67
2.4.2.5. Contraditório diferido (ou postecipado) .....	68
2.4.3. Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório) .....	70
2.4.4. Motivação das decisões .....	71
2.4.5. Isonomia .....	72
2.4.6. Publicidade dos atos processuais .....	74
2.4.7. Princípio da economia processual .....	75
2.4.8. Princípio da instrumentalidade das formas .....	76
2.4.9. Princípio da razoável duração do processo .....	78
2.4.10. Princípio da cooperação .....	80
2.4.11. Princípio da boa-fé e lealdade processual .....	81
<b>3. AÇÃO</b> .....	<b>87</b>
3.1. Teorias da ação .....	87
3.1.1. Teoria imanentista (civilista) .....	87
3.1.2. Teoria concreta da ação .....	88
3.1.3. Teoria abstrata do direito de ação .....	89
3.1.4. Teoria eclética .....	90
3.1.5. Teoria da asserção .....	92
3.2. Condições da ação .....	93
3.2.1. Introdução .....	93




3.2.2. Possibilidade jurídica do pedido .....	94
3.2.3. Interesse de agir .....	95
3.2.4. Legitimidade .....	97
3.3. Elementos da ação .....	100
3.3.1. Introdução .....	100
3.3.2. Partes .....	100
3.3.3. Pedido .....	102
3.3.3.1. Certeza e determinação do pedido .....	103
3.3.3.2. Pedidos genéricos .....	104
3.3.3.2.1. Universalidade de bens .....	104
3.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano .....	104
3.3.3.2.3. Valor depender de ato a ser praticado pelo réu ....	107
3.3.3.3. Pedido implícito .....	107
3.3.3.4. Cumulação de pedidos .....	109
3.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedidos .....	110
3.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser incompatíveis entre si .....	110
3.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos .....	111
3.3.3.4.1.3. Identidade procedimental .....	112
3.3.3.4.2. Espécies de cumulação .....	113
3.3.4. Causa de pedir .....	115
<b>4. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>119</b>
4.1. Introdução .....	119
4.2. Competência relativa e absoluta .....	120
4.2.1. Competência relativa .....	121
4.2.1.1. Legitimado para arguir a incompetência relativa .....	121
4.2.1.2. Reconhecimento de ofício da incompetência relativa .....	123
4.2.1.3. Momento para alegação da incompetência relativa .....	124
4.2.1.4. Forma de alegação da afronta à regra de competência rela- tiva .....	125
4.2.1.5. Acolhimento da exceção e atos processuais já praticados ....	126
4.2.2. Competência absoluta .....	128
4.2.2.1. Legitimado para arguir a incompetência absoluta .....	128
4.2.2.2. Forma de alegação da incompetência absoluta .....	128
4.2.2.3. Reconhecimento da incompetência absoluta – atos pratica- dos .....	129
4.2.2.4. Momento de arguição da incompetência absoluta .....	130
4.2.3. Esquema comparativo entre competência absoluta e competência relativa .....	131

4.3. Critérios para fixação da competência .....	132
4.4. Competência internacional .....	133
4.4.1. Introdução – princípio da efetividade .....	133
4.4.2. Competência internacional concorrente e exclusiva .....	133
4.4.3. Litispendência internacional .....	135
4.5. Espécies de competência .....	136
4.5.1. Competência territorial .....	136
4.5.1.1. Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 94 do CPC .....	136
4.5.1.2. Direito real imobiliário – art. 95 do CPC .....	137
4.5.1.3. Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade e ações em que o espólio for réu – art. 96 do CPC .....	139
4.5.1.4. Réu ausente – art. 97 do CPC .....	140
4.5.1.5. Réu incapaz – art. 98 do CPC .....	140
4.5.1.6. União .....	141
4.5.1.7. Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF .....	142
4.5.1.8. Ação de separação, conversão de separação em divórcio e anulação de casamento – art. 100, I, do CPC .....	142
4.5.1.9. Ação de alimentos – art. 100, II, do CPC .....	144
4.5.1.10. Anulação de títulos extraviados ou destruídos – art. 100, III, do CPC .....	145
4.5.1.11. Pessoa jurídica como réu – art. 100, IV, <i>a</i> , do CPC .....	145
4.5.1.12. Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 100, IV, <i>b</i> , do CPC .....	146
4.5.1.13. Sociedade que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 100, IV, <i>c</i> , do CPC .....	146
4.5.1.14. Obrigação a ser cumprida – art. 100, IV, <i>d</i> , do CPC .....	146
4.5.1.15. Reparação de dano – art. 100, V, do CPC .....	147
4.5.1.16. Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 100, V, <i>b</i> , do CPC .....	147
4.5.1.17. Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 100, parágrafo único, do CPC .....	147
4.5.2. Competência funcional .....	148
4.5.2.1. Conceito .....	148
4.5.2.2. Competência funcional ou competência territorial absoluta? ...	149
4.5.2.2.1. Art. 95 do CPC – ações reais imobiliárias .....	150
4.5.2.2.2. Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública .....	150
4.5.3. Competência em razão da matéria .....	152
4.5.4. Competência em razão da pessoa .....	152
4.5.5. Competência em razão do valor da causa .....	153
4.5.5.1. Juizados Especiais Estaduais (Lei 9.099/1995) .....	153
4.5.5.2. Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001 .....	154

4.5.5.3. Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009 .....	155
4.5.5.4. Foros regionais (distritais) .....	156
4.6. Competência da Justiça Federal .....	157
4.6.1. Competência em razão da pessoa ( <i>ratione personae</i> ) .....	157
4.6.1.1. Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho” .....	157
4.6.1.1.1. Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal .....	157
4.6.1.1.2. Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo .....	158
4.6.1.1.3. União Federal e ação de usucapião .....	159
4.6.1.1.4. Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual .....	160
4.6.1.1.5. Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta .....	160
4.6.1.2. Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País” .....	161
4.6.1.3. Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais” .....	161
4.6.2. Competência em razão da matéria ( <i>ratio materiae</i> ) .....	162
4.6.2.1. Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional” ...	162
4.6.2.2. Inciso X –“(…), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização” .....	162
4.6.2.3. Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas” .....	163
4.6.2.4. Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo” .....	163
4.7. Prorrogação de competência .....	164
4.7.1. Conceito .....	164
4.7.2. Prorrogação legal .....	165
4.7.2.1. Conexão e continência .....	165
4.7.2.1.1. Conceito .....	165
4.7.2.1.2. Identidade da causa de pedir ou pedido – integral ou parcial? .....	166
4.7.2.1.3. <i>Ratio</i> da conexão e a insuficiência do disposto no art. 103 do CPC .....	167

4.7.2.1.4. Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão .....	168
4.7.2.2. Ausência de ingresso pelo réu de exceção declinatoria de foro .....	169
4.7.3. Prorrogações voluntárias .....	170
4.7.3.1. Eleição de foro .....	170
4.7.3.2. Vontade unilateral do autor .....	171
4.8. Prevenção .....	171
4.8.1. Conceito .....	171
4.8.2. Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição .....	171
4.9. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 87 do CPC .....	172
4.10. Conflito de competência .....	174
4.10.1. Conceito .....	174
4.10.2. Legitimidade .....	176
4.10.3. Competência para o julgamento do conflito .....	176
4.10.4. Procedimento .....	177
<b>5. LITISCONSÓRCIO .....</b>	<b>181</b>
5.1. Conceito .....	181
5.2. Hipóteses de cabimento .....	182
5.3. Classificação do litisconsórcio .....	183
5.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto .....	183
5.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente) .....	184
5.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo .....	185
5.3.4. Litisconsórcio unitário e simples .....	186
5.4. Limitação do litisconsórcio facultativo .....	187
5.4.1. Reconhecimento de ofício pelo juiz .....	187
5.4.2. Pedido da parte .....	188
5.4.3. Litisconsórcio recusável? .....	189
5.4.4. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo .....	189
5.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções .....	191
5.6. Litisconsórcio ativo necessário? .....	193
5.7. Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro? .....	196
5.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário .....	197
5.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo .....	199
5.10. Dinâmica entre os litisconsortes .....	199
5.10.1. Atos de disposição de direito .....	200
5.10.2. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 320, I, do CPC) ....	201
5.10.3. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 509, <i>caput</i> , do CPC) .....	201



5.10.4. Produção da prova .....	203
5.10.5. A confissão e o litisconsórcio .....	203
5.10.6. Prazo para os litisconsortes .....	205
<b>6. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....</b>	<b>207</b>
6.1. Intervenções típicas e atípicas .....	207
6.1.1. Processo/fase de conhecimento .....	208
6.1.1.1. <i>Amicus curiae</i> .....	208
6.1.1.2. Intervenções da Lei 9.469/1997 .....	213
6.1.1.3. Ação de alimentos .....	214
6.1.2. Processo/fase de execução .....	218
6.1.3. Processo cautelar .....	219
6.2. Assistência .....	220
6.2.1. Introdução .....	220
6.2.2. Assistência simples (adesiva) .....	220
6.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada) .....	221
6.2.3.1. Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo unitário? .....	222
6.2.4. Procedimento da assistência .....	223
6.2.5. Os poderes do assistente simples .....	226
6.2.6. Os poderes do assistente litisconsorcial .....	228
6.2.7. Imutabilidade da justiça da decisão .....	229
6.2.8. Justiça da decisão e coisa julgada .....	230
6.3. Oposição .....	231
6.3.1. Conceito e natureza jurídica .....	231
6.3.2. Espécies de oposição .....	233
6.3.2.1. Intervenção de terceiro (art. 59 do CPC) .....	233
6.3.2.2. Oposição como ação .....	233
6.3.2.3. Oposição após a sentença? .....	234
6.3.3. Procedimento .....	234
6.3.4. Recurso cabível contra decisão da oposição .....	236
6.3.5. Demanda bifronte .....	237
6.4. Nomeação à autoria .....	238
6.4.1. Conceito .....	238
6.4.2. Hipóteses de cabimento .....	239
6.4.2.1. Nomeação à autoria pelo mero detentor (art. 62 do CPC) ....	239
6.4.2.2. Nomeação à autoria pelo mandatário em demandas de reparação de dano (art. 63 do CPC) .....	240
6.4.3. Procedimento .....	242
6.5.  Nomeação da lide .....	244

6.5.1. Conceito .....	244
6.5.2. Hipóteses de cabimento .....	245
6.5.2.1. Denúnciação da lide pelo comprador evicto .....	245
6.5.2.2. Denúnciação da lide do possuidor direto (art. 70, II, do CPC) ....	247
6.5.2.3. Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 70, III, do CPC) .....	248
6.5.3. Obrigatoriedade .....	250
6.5.4. Qualidade processual do denunciado .....	251
6.5.5. Denúnciação sucessiva .....	254
6.5.6. Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor .....	254
6.5.7. Procedimento da denúnciação pelo réu .....	255
6.6. Chamamento ao processo .....	258
6.6.1. Conceito .....	258
6.6.2. Hipóteses de cabimento .....	260
6.6.3. Procedimento .....	262
6.6.4. Chamamento ao processo no direito do consumidor .....	263
<b>7. PROCEDIMENTO SUMÁRIO .....</b>	<b>265</b>
7.1. Introdução .....	265
7.2. Sumariedade formal .....	266
7.3. Valor da causa (art. 275, I, do CPC) .....	267
7.4. Matérias (art. 275, II, do CPC) .....	268
7.4.1. Arrendamento rural e parceria agrícola .....	268
7.4.2. Cobranças ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio .....	269
7.4.3. Ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico .....	269
7.4.4. Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre .....	270
7.4.5. Cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução .....	270
7.4.6. Cobrança de honorários de profissionais liberais .....	270
7.4.7. Causas que versem sobre a revogação de doação .....	271
7.4.8. Demais casos previstos em lei .....	271
7.5. Petição inicial .....	271
7.6. Citação .....	273
7.7. Audiência de conciliação .....	274
7.8. Presença das partes e patronos na audiência de conciliação .....	275
7.9. Resposta do réu .....	276
7.10. Casos de conversão em rito ordinário .....	278
7.11. Intervenção de terceiros .....	279

<b>8. VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS</b> .....	281
8.1. Introdução .....	281
8.2. Vício e nulidade .....	282
8.3. Classificação .....	284
8.4. Mera irregularidade .....	285
8.5. Nulidades relativas .....	286
8.6. Nulidade absoluta .....	288
8.7. Inexistência jurídica .....	290
8.8. Efeito expansivo e confinamento das nulidades .....	290

**LIVRO II**

## CONHECIMENTO

<b>9. PETIÇÃO INICIAL</b> .....	295
9.1. Introdução .....	295
9.2. Requisitos estruturais da petição inicial .....	296
9.2.1. Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial .....	296
9.2.2. Indicação das partes e sua qualificação .....	297
9.2.3. Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido .....	299
9.2.4. Pedido .....	299
9.2.5. Valor da causa .....	300
9.2.6. Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados .....	302
9.2.7. Requerimento para citação do réu .....	303
9.3. Documentos indispensáveis à propositura da demanda .....	304
<b>10. POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL</b> .....	307
10.1. Introdução .....	307
10.2. Emenda da petição inicial .....	308
10.3. Indeferimento da petição inicial .....	309
10.3.1. Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação ..	309
10.3.2. Hipóteses de indeferimento da petição inicial (art. 295, parágrafo único, do CPC) .....	311
10.3.2.1. Inépcia da petição inicial .....	311
10.3.2.2. Manifesta ilegitimidade de parte .....	312
10.3.2.3. Falta de interesse de agir .....	313
10.3.2.4. Prescrição e decadência .....	313
10.3.2.5. Procedimento inadequado .....	313

10.3.2.6. Ausência de indicação do nome do patrono do autor e não realização de emenda .....	314
10.4. Julgamento de improcedência liminar .....	315
10.4.1. Introdução .....	315
10.4.2. Requisitos para o julgamento de improcedência liminar .....	315
10.4.3. Conduta do juiz .....	317
10.4.4. Julgamento parcial de improcedência liminar? .....	318
10.4.5. Julgamento da apelação pelo tribunal .....	319
10.5. Citação .....	321
10.5.1. Conceito .....	321
10.5.2. Efeitos da citação .....	323
10.5.2.1. Efeitos processuais .....	323
10.5.2.1.1. Indução à litispendência .....	323
10.5.2.1.2. Prevenção do juízo .....	324
10.5.2.1.3 Estabilização da demanda .....	325
10.5.2.2. Efeitos materiais .....	327
10.5.2.2.1. Tornar a coisa litigiosa .....	327
10.5.2.2.2. Interrupção da prescrição .....	328
10.5.2.2.3. Constituição em mora do devedor .....	329
10.5.3. Modalidades de citação .....	329
10.5.3.1. Correio .....	329
10.5.3.2. Oficial de justiça .....	331
10.5.3.3. Edital .....	333
10.5.3.4. Meio eletrônico .....	335
<b>11. RESPOSTAS DO RÉU .....</b>	<b>337</b>
11.1. Introdução .....	337
11.2. Reconhecimento jurídico do pedido .....	339
11.3. Impugnação ao valor da causa .....	340
11.4. Impugnação à concessão dos benefícios da assistência judiciária .....	342
11.5. Contestação .....	344
11.5.1. Defesas processuais .....	345
11.5.1.1. Defesas dilatórias .....	345
11.5.1.1.1. Inexistência ou nulidade de citação (art. 301, I, do CPC) .....	345
11.5.1.1.2. Incompetência absoluta do juízo (art. 301, II, do CPC) .....	346
11.5.1.1.3. Conexão/continência (art. 301, VII, do CPC) ...	346
11.5.1.2. Defesas peremptórias .....	347
11.5.1.2.1. Inépcia da petição inicial (art. 301, III, do CPC) ..	347
11.5.1.2.2. Perempção (art. 301, IV, do CPC) .....	348



11.5.1.2.3. Litispendência (art. 301, V, do CPC) .....	349
11.5.1.2.4. Coisa julgada (art. 301, VI, do CPC) .....	349
11.5.1.2.5. Convenção de arbitragem (art. 301, IX, do CPC) .....	349
11.5.1.2.6. Carência da ação (art. 301, X, do CPC) .....	350
11.5.1.3. Defesas dilatórias potencialmente peremptórias .....	350
11.5.1.3.1. Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 301, VIII, do CPC) ...	350
11.5.1.3.2. Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar (art. 301, XI, do CPC) .....	351
11.5.2. Defesas de mérito .....	352
11.5.2.1. Defesa de mérito direta .....	353
11.5.2.2. Defesa de mérito indireta .....	353
11.5.3. Princípio da impugnação específica dos fatos .....	354
11.5.4. Princípio da eventualidade .....	355
11.6. Exceções rituais .....	356
11.6.1. Teoria geral das exceções .....	357
11.6.1.1. Legitimidade para alegação .....	357
11.6.1.2. Momento de alegação .....	357
11.6.1.3. Órgão competente para decidir a exceção .....	358
11.6.1.4. Prazo para a interposição da exceção .....	358
11.6.1.5. Termo inicial da contagem de prazo .....	359
11.6.1.6. Momento de suspensão do procedimento principal .....	359
11.6.1.6.1. Suspensão imprópria .....	360
11.6.1.6.2. Momento final da suspensão .....	360
11.6.2. Exceção de incompetência relativa .....	361
11.6.2.1. Prazo de interposição .....	361
11.6.2.2. Forma de alegação .....	361
11.6.2.3. Interposição no foro de domicílio do réu .....	363
11.6.2.4. Conteúdo da exceção de incompetência .....	364
11.6.2.5. Procedimento da exceção .....	365
11.6.3. Exceção de suspeição e impedimento .....	366
11.6.3.1. Procedimento .....	367
11.7. Reconvenção .....	368
11.7.1. Conceito .....	368
11.7.2. Condições da ação .....	369
11.7.2.1. Legitimidade de parte .....	369
11.7.2.2. Interesse de agir .....	373
11.7.2.3. Possibilidade jurídica do pedido .....	375
11.7.3. Pressupostos processuais .....	375
11.7.4. Procedimento .....	376
11.8. Ação declaratória incidental .....	378

11.8.1. Ação declaratória incidental e reconvenção .....	379
<b>12. REVELIA .....</b>	<b>381</b>
12.1. Conceito .....	381
12.2. Efeitos .....	382
12.2.1. Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros .....	382
12.2.2. Desnecessidade de intimação do réu revel .....	386
12.2.3. Julgamento antecipado do mérito .....	387
12.3. Modificação objetiva da demanda .....	388
12.4. Ingresso do réu revel no processo .....	390
12.4.1. Participação do réu revel no procedimento probatório .....	390
12.4.1.1. Provas causais .....	390
12.4.1.2. Provas pré-constituídas .....	392
<b>13. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO .....</b>	<b>395</b>
13.1. Providências preliminares .....	395
13.2. Julgamento conforme o estado do processo .....	396
13.2.1. Introdução .....	396
13.2.2. Extinção do processo sem a resolução do mérito .....	397
13.2.3. Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 269, II a V, do CPC .....	397
13.2.4. Julgamento antecipado da lide .....	398
13.2.5. Saneamento do processo .....	400
<b>14. PROVAS .....</b>	<b>405</b>
14.1. Teoria geral das provas .....	405
14.1.1. Conceito de prova .....	405
14.1.2. Espécies de prova .....	406
14.1.3. A verdade possível e a verossimilhança .....	407
14.1.4. A caducidade das expressões "verdade formal" e "verdade real" ...	408
14.1.5. Direito à prova no processo civil .....	410
14.1.6. Objeto da prova .....	411
14.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 334 do CPC) .....	411
14.1.6.2. Relevância e pertinência .....	412
14.1.6.3. Fatos notórios .....	412
14.1.6.4. Ausência de controvérsia .....	413
14.1.6.5. Presunção .....	413
14.1.6.6. Prova do direito (art. 337 do CPC) .....	415

14.1.7. Ônus da prova .....	416
14.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova (art. 333 do CPC) .....	417
14.1.7.2. Inversão do ônus da prova .....	418
14.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova .....	419
14.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais .....	421
14.1.8. Os poderes instrutórios do juiz .....	421
14.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória .....	424
14.1.10. Valoração da prova .....	424
14.1.11. Prova emprestada .....	426
14.1.12. Prova ilícita .....	428
14.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas .....	428
14.1.13. Provas atípicas .....	430
14.2. Provas em espécie .....	431
14.2.1. Depoimento pessoal .....	431
14.2.1.1. Conceito .....	431
14.2.1.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal .....	432
14.2.1.3. Consequências do depoimento pessoal .....	433
14.2.1.4. Procedimento .....	435
14.2.1.5. Diferenças entre interrogatório e depoimento pessoal .....	437
14.2.2. Da confissão .....	438
14.2.2.1. Conceito .....	438
14.2.2.2. Espécies de confissão .....	439
14.2.2.3. Indivisibilidade da confissão .....	440
14.2.2.4. Invalidação da confissão .....	441
14.2.3. Da exibição de documento ou coisa .....	442
14.2.3.1. Conceito .....	442
14.2.3.2. Aspectos procedimentais comuns .....	443
14.2.3.3. Procedimento contra a parte contrária .....	444
14.2.3.4. Procedimento contra terceiro .....	447
14.2.4. Da prova documental .....	448
14.2.4.1. Conceito .....	448
14.2.4.2. Documento público e sua força probante .....	449
14.2.4.3. Documento particular e sua força probante .....	450
14.2.4.4. Incidente de falsidade documental .....	451
14.2.4.4.1. Natureza jurídica e objeto .....	451
14.2.4.4.2. Procedimento .....	453
14.2.4.5. Produção da prova documental .....	455
14.2.5. Da prova testemunhal .....	456
14.2.5.1. Conceito .....	456

14.2.5.2. Cabimento .....	457
14.2.5.3. Sujeitos que podem testemunhar .....	458
14.2.5.4. Direitos e deveres da testemunha .....	459
14.2.5.5. Produção da prova testemunhal .....	460
14.2.6. Da prova pericial .....	464
14.2.6.1. Conceito e espécies .....	464
14.2.6.2. Cabimento .....	465
14.2.6.3. Procedimento .....	466
14.2.6.3.1. Indicação do perito .....	466
14.2.6.3.2. Escusa do perito .....	467
14.2.6.3.3. Prova pericial complexa .....	467
14.2.6.3.4. Substituição do perito .....	468
14.2.6.3.5. Atos preparatórios .....	469
14.2.6.3.6. Intimação prévia das partes .....	470
14.2.6.3.7. Apresentação do laudo .....	470
14.2.6.4. Prova pericial e audiência de instrução e julgamento .....	471
14.2.6.5. Segunda perícia .....	472
14.2.6.6. Princípio da persuasão racional e a prova pericial .....	472
14.2.7. Da inspeção judicial .....	473
14.2.7.1. Conceito .....	473
14.2.7.2. Procedimento .....	474
<b>15. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO .....</b>	<b>477</b>
15.1. Introdução .....	477
15.2. Procedimento .....	478
15.2.1. Abertura e pregão das partes .....	479
15.2.2. Conciliação (tentativa de autocomposição) .....	479
15.2.3. Fixação dos pontos controvertidos .....	480
15.2.4. Esclarecimentos do perito .....	481
15.2.5. Depoimento pessoal .....	482
15.2.6. Oitiva das testemunhas .....	482
15.2.7. Debates orais .....	482
15.2.8. Prolação da sentença .....	483
15.3. Audiência una e contínua .....	484
15.4. Adiamento da audiência .....	484
<b>16. SENTENÇA .....</b>	<b>489</b>
16.1. Conceito legal de sentença .....	489
16.2. Classificação das sentenças .....	493
16.2.1. Conteúdo da sentença .....	493



16.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária .....	493
16.2.1.2. Sentença meramente declaratória .....	494
16.2.1.3. Sentença constitutiva .....	497
16.2.1.4. Sentença condenatória .....	497
16.2.1.5. Sentença executiva <i>lato sensu</i> .....	498
16.2.1.6. Sentença mandamental .....	499
16.2.2. Resolução de mérito .....	500
16.2.2.1. Sentenças terminativas (art. 267 do CPC) .....	500
16.2.2.1.1. Indeferimento da petição inicial .....	500
16.2.2.1.2. Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes .....	500
16.2.2.1.3. Abandono do processo .....	502
16.2.2.1.4. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo .....	503
16.2.2.1.5. Perempção, coisa julgada e litispendência .....	504
16.2.2.1.6. Carência da ação .....	505
16.2.2.1.7. Convenção de arbitragem .....	506
16.2.2.1.8. Desistência da ação .....	507
16.2.2.1.9. Direitos intransmissíveis .....	507
16.2.2.1.10. Confusão entre autor e réu .....	508
16.2.2.2. Sentenças definitivas (art. 269 do CPC) .....	510
16.2.2.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido .....	511
16.2.2.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido .....	511
16.2.2.2.3. Transação .....	512
16.2.2.2.4. Prescrição e decadência .....	512
16.2.2.2.5. Renúncia .....	512
16.3. Requisitos da sentença .....	513
16.3.1. Relatório .....	513
16.3.2. Fundamentação .....	514
16.3.3. Dispositivo .....	515
16.3.4. Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença .....	515
16.4. Princípio da congruência .....	516
16.4.1. Conceito .....	516
16.4.2. Exceções ao princípio da congruência .....	517
16.5. Sentença <i>extra petita</i> .....	518
16.5.1. Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i> .....	520
16.6. Sentença <i>ultra petita</i> .....	520
16.6.1. Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i> .....	521
16.7. Sentença <i>citra petita</i> ( <i>infra petita</i> ) .....	521
16.7.1. Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i> .....	523
16.8. Motivos para a sentença pelo juízo sentenciante .....	525

16.9. Situação fática do momento da prolação da sentença .....	525
16.10. Capítulos de sentença .....	526
<b>17. COISA JULGADA .....</b>	<b>529</b>
17.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material .....	529
17.2. Coisa julgada total e parcial .....	530
17.3. Conceito e natureza jurídica .....	531
17.4. Função negativa da coisa julgada .....	533
17.5. Função positiva da coisa julgada .....	535
17.6. Limites objetivos da coisa julgada .....	536
17.7. Limites subjetivos da coisa julgada .....	538
17.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada .....	541
17.9. Coisa julgada nas relações continuativas .....	542
17.10. Relativização da coisa julgada .....	543
17.10.1. Introdução .....	543
17.10.2. Coisa julgada inconstitucional .....	544
17.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional .....	547
17.11. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	551
17.12. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	556

### LIVRO III

#### MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

<b>18. CONCEITO DE RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS .....</b>	<b>561</b>
18.1. Introdução .....	561
18.1.1. Sucedâneos recursais internos .....	563
18.1.1.1. Reexame necessário .....	563
18.1.1.2. Correição parcial .....	565
18.1.1.3. Pedido de reconsideração .....	566
18.1.1.4. Impugnação e embargos à execução .....	567
18.1.2. Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação) .....	567
<b>19. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>569</b>
19.1. Introdução .....	569
19.2. Objeto imediato do recurso .....	569
19.3. Fundamentação recursal (causa de pedir) .....	570
19.4. Abrangência da matéria impugnada .....	571
19.5. Independência ou subordinação .....	572

<b>20. EFEITOS DOS RECURSOS</b> .....	577
20.1. Introdução .....	577
20.2. Efeito obstativo .....	577
20.3. Efeito devolutivo .....	578
20.4. Efeito suspensivo .....	581
20.5. Efeito translativo .....	584
20.6. Efeito expansivo .....	586
20.7. Efeito substitutivo .....	588
20.8. Efeito regressivo .....	588
20.9. Efeito diferido .....	589
<b>21. PRINCÍPIOS RECURSAIS</b> .....	591
21.1. Duplo grau de jurisdição .....	591
21.1.1. Conceito .....	591
21.1.2. Vantagens do duplo grau de jurisdição .....	593
21.1.3. Desvantagens do duplo grau de jurisdição .....	594
21.1.4. O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional? .....	595
21.2. Taxatividade (legalidade) .....	596
21.3. Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade) .....	597
21.4. Voluntariedade .....	599
21.5. Dialeiticidade .....	599
21.6. Fungibilidade .....	601
21.6.1. Dúvida fundada a respeito do recurso cabível .....	602
21.6.2. Inexistência de erro grosseiro .....	603
21.6.3. Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor .....	604
21.7. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	605
21.8. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias .....	606
21.9. Complementaridade .....	608
21.10. Consumação .....	609
<b>22. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b> .....	611
22.1. Introdução .....	611
22.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal .....	613
22.2.1. Cabimento .....	613
22.2.2. Legitimidade recursal .....	615
22.2.2.1. Partes .....	615
22.2.2.2. Terceiro prejudicado .....	617
22.2.3. Ministério Público .....	618





25.2.1.1.4. Tempo de duração do agravo retido .....	664
25.2.1.1.5. A postura do agravado diante da interposição oral do agravo retido .....	664
25.2.1.1.6. A conversão do agravo de instrumento em retido .....	666
25.2.1.1.7. Pedido de julgamento na apelação ou contrarrazões .....	669
25.2.1.1.8. Julgamento do agravo retido no tribunal .....	670
25.2.1.2. Agravo de instrumento .....	671
25.2.1.2.1. Instrução do agravo de instrumento – peças processuais .....	671
25.2.1.2.1.1. Peças obrigatórias .....	673
25.2.1.2.1.2. Peças facultativas .....	674
25.2.1.2.1.3. Peças essenciais .....	675
25.2.1.2.2. Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau .....	677
25.2.1.2.3. Procedimento .....	679
25.2.1.2.3.1. Distribuição (art. 527, <i>caput</i> , do CPC) .....	679
25.2.1.2.3.2. Negativa de seguimento liminar (art. 527, I, do CPC) .....	679
25.2.1.2.3.3. Conversão em agravo retido .....	680
25.2.1.2.3.4. Tutela de urgência .....	681
25.2.1.2.3.5. Requisição de informações .....	684
25.2.1.2.3.6. Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões .....	685
25.2.1.2.3.7. Oitiva do Ministério Público .....	686
25.2.1.2.3.8. Julgamento do agravo .....	686
25.2.1.2.3.9. Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença .....	687
25.3. Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau .....	690
25.3.1. Agravo regimental .....	691
25.3.2. Agravo interno .....	692
25.3.2.1. Julgamento de conflito de competência (art. 120, parágrafo único) .....	692
25.3.2.2. Juízo de admissibilidade dos embargos infringentes. Decisão que nega conhecimento ao recurso (art. 532 do CPC) .....	693
25.3.2.3. Decisão que não admite o agravo contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e recurso extraordinário .....	694
25.3.2.4. Decisão monocrática do relator com base no art. 557 do CPC .....	695

25.3.2.5. Procedimento .....	697
25.3.2.5.1. Juízo de retratação .....	697
25.3.2.5.2. Inclusão em pauta .....	698
25.3.2.5.3. Contraditório .....	699
25.3.2.5.4. Agravo interno manifestamente inadmissível ou infundado .....	699
25.3.3. Agravo contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e extraordinário .....	701
25.3.3.1. Introdução .....	701
25.3.3.2. Cabimento .....	701
25.3.3.3. Procedimento .....	702
<b>26. EMBARGOS INFRINGENTES .....</b>	<b>705</b>
26.1. Cabimento .....	705
26.1.1. Hipóteses atípicas de cabimento .....	707
26.2. Objeto dos embargos infringentes .....	709
26.3. Efeitos dos embargos infringentes .....	711
26.4. Procedimento .....	712
<b>27. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....</b>	<b>715</b>
27.1. Natureza jurídica .....	715
27.2. Cabimento .....	716
27.2.1. Pronunciamentos recorríveis .....	716
27.2.2. Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração ...	717
27.3. Procedimento .....	720
27.4. Efeito interruptivo dos embargos de declaração .....	721
27.4.1. Embargos de declaração intempestivos .....	722
27.5. Embargos de declaração – intempestividade <i>ante tempus</i> .....	723
27.6. Manifesto caráter protelatório .....	724
27.7. Embargos de declaração atípicos .....	726
27.7.1. Embargos de declaração com efeito modificativo .....	727
27.7.2. Embargos de declaração com efeitos infringentes .....	728
<b>28. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>729</b>
28.1. Introdução .....	729
28.2. Cabimento .....	730
28.2.1. Causas internacionais .....	730
28.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança .....	731
28.2.3. Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção .....	732

<b>29. RECURSO ESPECIAL</b> .....	733
29.1. Hipóteses de cabimento .....	733
29.1.1. Pressupostos cumulativos .....	733
29.1.1.1. Decisão de única ou última instância .....	733
29.1.1.2. Decisão proferida por tribunal .....	734
29.1.1.3. Prequestionamento .....	735
29.1.2. Pressupostos alternativos .....	737
29.1.2.1. Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal .....	737
29.1.2.2. Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal .....	738
29.1.2.3. Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal .....	738
<b>30. RECURSO EXTRAORDINÁRIO</b> .....	741
30.1. Hipóteses de cabimento .....	741
30.1.1. Pressupostos cumulativos .....	741
30.1.1.1. Decisão de única ou última instância .....	741
30.1.1.2. Prequestionamento .....	742
30.1.1.3. Repercussão geral .....	743
30.1.2. Requisitos específicos .....	751
30.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional .....	751
30.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal .....	752
30.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal .....	753
30.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal .....	753
<b>31. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL</b> .....	755
31.1. Procedimento .....	755
31.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito .....	758
31.3. Efeitos dos recursos federais .....	760
31.3.1. Efeito devolutivo .....	760
31.3.2. Efeito suspensivo .....	762
31.4. Recursos excepcionais retidos .....	764
31.5. Julgamento por amostragem .....	766
<b>32. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA</b> .....	769
32.1. Introdução .....	769

32.2. Cabimento .....	769
32.2.1. Acórdão embargado .....	770
32.2.2. Acórdão paradigma .....	771
<b>33. AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>773</b>
33.1. Natureza jurídica .....	773
33.2. Conceito de rescindibilidade .....	774
33.3. Objeto da rescisão .....	774
33.4. Hipóteses de cabimento .....	776
33.4.1. Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz .....	776
33.4.2. Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo .....	777
33.4.3. Dolo da parte vencedora e colusão das partes para fraudar a lei .....	778
33.4.4. Ofensa à coisa julgada .....	779
33.4.5. Violar literal disposição de lei .....	779
33.4.6. Prova falsa .....	780
33.4.7. Obtenção de documento novo .....	781
33.4.8. Fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença .....	783
33.4.9. Erro de fato .....	784
33.5. Legitimidade .....	785
33.6. Competência .....	787
33.7. Prazo .....	788
33.8. Ação executória e execução do julgado .....	789
33.9. Procedimento .....	790
33.9.1. Petição inicial .....	790
33.9.2. Reações do juiz diante da petição inicial .....	792
33.9.3. Resposta do réu .....	793
33.9.4. Atividade saneadora .....	794
33.9.5. Fase probatória .....	794
33.9.6. Manifestações finais .....	795
33.9.7. Julgamento .....	795

**LIVRO IV**  
**EXECUÇÃO**

<b>34. FORMAS EXECUTIVAS .....</b>	<b>799</b>
34.1. Introdução .....	799



34.2. Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva .....	799
34.3. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta) .....	803
<b>35. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>807</b>
35.1. Introdução .....	807
35.2. <i>Nulla executio sine titulo</i> .....	807
35.3. Patrimonialidade .....	809
35.4. Desfecho único e disponibilidade da execução .....	809
35.5. Utilidade .....	812
35.6. Menor onerosidade .....	813
35.7. Lealdade e boa-fé processual .....	813
35.8. Contraditório .....	816
<b>36. PARTES NA EXECUÇÃO .....</b>	<b>819</b>
36.1. Introdução .....	819
36.2. Diferentes espécies de legitimidade na execução .....	820
36.2.1. Polo ativo .....	820
36.2.2. Polo passivo .....	821
36.3. Legitimação ativa .....	821
36.3.1. Credor a quem a lei confere título executivo .....	821
36.3.2. Legitimidade do Ministério Público .....	822
36.3.3. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores .....	824
36.3.4. Legitimidade do cessionário e do sub-rogado .....	825
36.4. Legitimidade passiva .....	825
36.4.1. Sujeito que figura no título como devedor .....	825
36.4.2. Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores .....	826
36.4.3. Novo devedor .....	827
36.4.4. Fiador judicial .....	827
36.4.5. Responsável tributário .....	829
36.4.6. Legitimidade do responsável secundário .....	830
36.5. Intervenção de terceiros na execução .....	832
36.5.1. Intervenções típicas .....	832
36.5.2. Intervenções atípicas .....	834
<b>37. COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO .....</b>	<b>837</b>
37.1. Competência da execução de título executivo judicial .....	837
37.1.1. Introdução .....	837
37.1.2. Competência executiva dos tribunais .....	837

37.1.3. Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição .....	839
37.1.3.1. Exceções à regra do art. 475-P, II, do CPC .....	839
37.1.3.2. Trâmite dos autos entre diferentes juízos .....	841
37.1.3.3. A regra do art. 475-P, II, do CPC e a perpetuatio jurisdictionis .....	842
37.1.4. Competência para a fase de satisfação de sentença arbitral, decisão homologatória de sentença estrangeira e sentença penal condenatória .....	843
37.2. Competência da execução de título extrajudicial .....	845
37.3. Competência no processo de insolvência civil .....	847
<b>38. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL .....</b>	<b>849</b>
38.1. Obrigação e responsabilidade patrimonial .....	849
38.2. Inexistência de responsabilidade pessoal .....	850
38.3. Bens que respondem pela satisfação na execução .....	851
38.4. Impenhorabilidade de bens .....	852
38.4.1. Patrimônio mínimo e dignidade humana .....	852
38.4.2. As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro .....	853
38.4.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução .....	854
38.4.2.2. Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 649, II, do CPC) .....	855
38.4.2.3. Vestuários e pertencentes de uso pessoal .....	856
38.4.2.4. Ganhos aptos a manter a subsistência do executado ....	857
38.4.2.5. Bens necessários ou úteis ao exercício profissional .....	859
38.4.2.6. Seguro de vida .....	861
38.4.2.7. Materiais necessários para obras em andamento .....	862
38.4.2.8. Pequena propriedade rural trabalhada pela família .....	862
38.4.2.9. Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social .....	863
38.4.2.10. Valores depositados em caderneta de poupança .....	863
38.4.2.11. Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político .....	864
38.5. Responsabilidade patrimonial secundária .....	864
38.5.1. Bens do sucessor a título singular .....	865
38.5.2. Bens do sócio, nos termos da lei .....	866
38.5.3. Bens do devedor, quando estiverem em poder de terceiros .....	868
38.5.4. Bens do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reconhecidos ou de sua meação respondem pela dívida .....	868

38.5.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução .....	871
38.6. Fraudes do devedor .....	871
38.6.1. Fraude contra credores .....	871
38.6.2. Fraude à execução .....	874
38.6.3. Fraude de bem constrito judicialmente .....	876
<b>39. TÍTULO EXECUTIVO .....</b>	<b>879</b>
39.1. Introdução .....	879
39.2. Títulos executivos judiciais .....	882
39.2.1. Sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de uma obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia .....	882
39.2.2. Sentença penal condenatória transitada em julgado .....	886
39.2.3. Sentença homologatória de transação e de conciliação .....	889
39.2.4. Sentença arbitral .....	889
39.2.5. Acordo extrajudicial de qualquer natureza homologado judicialmente .....	890
39.2.6. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça .....	890
39.2.7. Formal e certidão de partilha .....	891
39.3. Títulos executivos extrajudiciais .....	892
39.3.1. Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque .....	893
39.3.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores .....	893
39.3.3. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e de caução, bem como de seguro de vida .....	895
39.3.4. Crédito decorrente de foro e laudêmio .....	896
39.3.5. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio .....	897
39.3.6. Crédito de serventário da justiça, de perito, de intérprete e tradutor quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial .....	897
39.3.7. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei .....	898
39.3.8. Todos os demais títulos, a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva .....	899



<b>40. EXECUÇÃO PROVISÓRIA .....</b>	<b>901</b>
40.1. Conceito .....	901
40.2. Execução provisória de título executivo extrajudicial .....	902
40.3. Caução na execução provisória .....	904
40.4. Dispensa da caução .....	907
40.5. Responsabilidade objetiva do exequente .....	910
40.6. Formalização dos autos da execução provisória .....	911
40.7. Execução provisória contra a Fazenda Pública .....	912
<b>41. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA .....</b>	<b>913</b>
41.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis .....	913
41.2. Títulos que podem ser objeto de liquidação .....	915
41.3. Vedação à sentença ilíquida .....	916
41.4. Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo .....	917
41.5. Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença? .....	919
41.6. Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada .....	920
41.7. Liquidação como forma de frustração da execução: valor zero e ausência de provas do dano .....	922
41.8. Natureza jurídica da liquidação .....	923
41.9. Legitimidade ativa .....	925
41.10. Competência .....	925
41.11. Regra da fidelidade ao título executivo (art. 475-G do CPC) .....	926
41.12. Liquidação por mero cálculo aritmético do credor .....	927
41.12.1. Introdução .....	927
41.12.2. Dados necessários à elaboração dos cálculos em poder do executado ou de terceiros .....	928
41.12.3. Consequência da ausência de exibição de dados .....	929
41.12.4. Remessa dos autos ao contador .....	930
41.12.5. Procedimento da remessa dos autos ao contador .....	931
41.13. Liquidação por arbitramento .....	933
41.13.1. Cabimento .....	933
41.13.2. Procedimento .....	934
41.14. Liquidação por artigos .....	935
<b>42. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER ....</b>	<b>939</b>
42.1. Introdução .....	939
42.2. Aspectos procedimentais .....	940
42.3. Tutela específica e conversão em perdas e danos .....	942



42.3.1. Vontade do exequente .....	943
42.3.2. Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente .....	944
42.3.3. Procedimento da conversão em perdas e danos .....	945
42.4. Atipicidade das formas executivas .....	945
42.4.1. Prisão civil .....	946
42.5. Multa coercitiva .....	948
42.5.1. Introdução .....	948
42.5.2. Valor da multa .....	948
42.5.3. Beneficiado pela multa .....	949
42.5.4. Fazenda Pública em juízo .....	950
42.5.5. Alteração do valor e periodicidade da multa .....	951
42.5.6. Exigibilidade da multa .....	953
<b>43. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA ...</b>	<b>957</b>
43.1. Introdução .....	957
43.2. Aspectos procedimentais .....	958
<b>44. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA .....</b>	<b>961</b>
44.1. Introdução .....	961
44.2. Termo inicial de contagem da multa de 10% (art. 475-J, <i>caput</i> , do CPC) .....	961
44.3. Multa e o “pagamento” .....	964
44.4. Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença .....	965
44.5. Forma de provocação – requerimento .....	965
44.6. Expedição do mandado de penhora e avaliação, observado o disposto no art. 614, II, do CPC .....	966
44.7. Intimação do demandado e prazo para apresentação da impugnação ....	967
44.8. Avaliação pelo próprio oficial de justiça e somente em casos excepcionais por avaliador .....	968
44.9. Remessa dos autos ao arquivo .....	969
44.10. Honorários advocatícios .....	970
<b>45. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER .....</b>	<b>973</b>
45.1. Introdução .....	973
45.2. Execução das obrigações de fazer .....	974
45.3. Execução das obrigações de não fazer .....	978
45.4. Citação do devedor para emitir declaração de vontade .....	980



47.5.2.9. Adjudicação provisória .....	1036
47.6. Alienação por iniciativa particular .....	1037
47.6.1. Introdução .....	1037
47.6.2. Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido .....	1038
47.6.3. Alienação por corretor credenciado perante a autoridade judiciária .....	1038
47.6.4. Requisitos para a alienação .....	1039
47.7. Arrematação .....	1041
47.7.1. Introdução .....	1041
47.7.2. Requisitos formais do edital da hasta pública .....	1042
47.7.3. Publicidade do edital .....	1044
47.7.4. Dispensa da publicação de editais .....	1046
47.7.5. Comunicações da hasta pública .....	1047
47.7.6. Realização da hasta pública .....	1049
47.7.7. Hasta pública eletrônica .....	1050
47.7.8. Legitimados a arrematar .....	1051
47.7.9. Procedimento da hasta pública .....	1052
47.7.10. Arrematação ineficaz .....	1056
47.7.11. Alienação antecipada .....	1059
47.8. Usufruto executivo .....	1060
47.8.1. Introdução .....	1060
47.8.2. Objeto do usufruto executivo .....	1061
47.8.3. Cabimento do usufruto executivo .....	1061
47.8.4. Momento do usufruto executivo .....	1063
47.8.5. Procedimento do usufruto executivo .....	1064
47.9. Entrega de dinheiro ao credor .....	1066
<b>48. EXECUÇÕES ESPECIAIS .....</b>	<b>1071</b>
48.1. Execução de prestação alimentícia .....	1071
48.1.1. Introdução .....	1071
48.1.2. Procedimento .....	1073
48.1.2.1. Diferentes procedimentos .....	1073
48.1.2.2. Execução por sub-rogação .....	1073
48.1.2.3. Execução indireta – prisão civil .....	1075
48.2. Execução contra a Fazenda Pública .....	1078
48.2.1. Introdução .....	1078
48.2.2. Procedimento .....	1080
48.2.3. Regime dos precatórios .....	1081
48.2.4. Compensação em favor da Fazenda Pública .....	1083

48.2.5. Emenda Constitucional 62/2009 (A EC do Calote) .....	1084
48.2.6. Dispensa de precatório .....	1086
48.2.7. Preterição no pagamento .....	1086
<b>49. DEFESAS DO EXECUTADO .....</b>	<b>1089</b>
49.1. Introdução .....	1089
49.2. Embargos à execução .....	1089
49.2.1. Natureza jurídica dos embargos .....	1089
49.2.2. Garantia do juízo .....	1090
49.2.3. Prazo dos embargos .....	1091
49.2.4. Rejeição liminar dos embargos .....	1094
49.2.4.1. Intempestividade dos embargos .....	1095
49.2.4.2. Inépcia da petição inicial .....	1096
49.2.4.3. Embargos manifestamente protelatórios .....	1097
49.2.5. Efeito suspensivo .....	1099
49.2.5.1. Requisitos .....	1099
49.2.5.2. Ausência de preclusão judicial .....	1102
49.2.5.3. Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo .....	1103
49.2.5.4. Suspensão parcial do processo .....	1104
49.2.6. Procedimento dos embargos à execução .....	1106
49.2.6.1. Início do procedimento .....	1106
49.2.6.2. Revelia .....	1108
49.2.6.3. Outras reações .....	1110
49.2.6.4. Decisão dos embargos .....	1111
49.2.6.5. Matérias que podem ser objeto de embargos à execu- ção .....	1113
49.2.6.5.1. Nulidade da execução, por não ser executivo o título apresentado .....	1113
49.2.6.5.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	1114
49.2.6.5.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	1116
49.2.6.5.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa .....	1118
49.3. Impugnação .....	1119
49.3.1. Natureza jurídica .....	1119
49.3.2. Matérias alegáveis em sede de impugnação .....	1120
49.3.2.1. Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia .....	1120
49.3.2.2. Inexigibilidade do título .....	1121
49.3.2.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	1122
49.3.2.4. Ilegitimidade das partes .....	1122





49.3.2.5. Excesso de execução .....	1122
49.3.2.6. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença .....	1122
49.3.3. Procedimento .....	1123
49.4. Exceção e objeção de pré-executividade .....	1126
49.4.1. Análise histórica .....	1126
49.4.2. Problemas de terminologia .....	1126
49.4.3. Distinção entre exceção de pré-executividade e objeção de pré- -executividade .....	1128
49.4.4. Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade .....	1129
49.4.5. Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade ....	1131

## LIVRO V

### TUTELA DE URGÊNCIA

<b>50. TUTELA ANTECIPADA E TUTELA CAUTELAR .....</b>	<b>1137</b>
50.1. Introdução .....	1137
50.2. Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada .....	1139
50.2.1. Diferenças .....	1139
50.2.1.1. Natureza jurídica .....	1139
50.2.1.1.1. “Cautelares satisfativas” .....	1140
50.2.1.2. Requisitos para concessão .....	1142
50.2.1.3. Atividade oficiosa do juiz .....	1143
50.2.1.4. Autonomia .....	1144
50.2.2. Identidades .....	1146
50.2.2.1. Provisoriedade .....	1146
50.2.2.2. Cognição sumária – juízo de probabilidade .....	1147
50.2.2.3. Inexistência de satisfação jurídica .....	1147
50.2.2.4. Requisitos para concessão .....	1148
50.3. Conclusões da comparação .....	1149
50.3.1. Aplicação subsidiária da teoria geral cautelar à antecipação de tutela .....	1149
50.3.1.1. Caução .....	1149
50.3.1.2. Audiência de justificação .....	1150
50.3.1.3. Responsabilidade objetiva .....	1151
50.3.1.4. Competência .....	1151
50.3.1.5. Efeitos da apelação .....	1152
50.3.2. Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência .....	1153

<b>51. TUTELA ANTECIPADA</b> .....	1155
51.1. Introdução .....	1155
51.2. Espécies de tutela antecipada .....	1155
51.3. Antecipação de tutela de parcela incontroversa da pretensão (art. 273, § 6.º, do CPC) .....	1157
51.4. Efeitos antecipáveis .....	1161
51.5. Processos e procedimentos compatíveis .....	1163
51.6. Requisitos positivos .....	1165
51.6.1. Prova inequívoca da verossimilhança da alegação .....	1166
51.6.2. Receio de dano irreparável ou de difícil reparação .....	1168
51.6.3. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu .....	1169
51.6.3.1. Abuso do direito de defesa .....	1169
51.6.3.2. Manifesto propósito protelatório do réu .....	1170
51.7. Requisito negativo – irreversibilidade .....	1172
51.8. Legitimação .....	1173
51.9. Discricionariedade e fundamentação da decisão .....	1175
51.10. Momento da antecipação .....	1177
51.10.1. Inaudita <i>altera parte</i> .....	1177
51.10.2. Sentença .....	1179
51.10.3. Fase recursal .....	1182
51.11. Eficácia temporal da tutela antecipada .....	1184
51.12. Revogação ou modificação .....	1186
51.13. Efetivação .....	1188
51.14. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública .....	1190
<b>52. TEORIA GERAL DA TUTELA CAUTELAR</b> .....	1195
52.1. Características .....	1195
52.1.1. Sumariedade .....	1195
52.1.2. Provisoriedade .....	1196
52.1.3. Instrumentalidade .....	1197
52.1.4. Revogabilidade .....	1198
52.2. Competência .....	1201
52.2.1. Críticas ao art. 800, <i>caput</i> , do CPC .....	1201
52.2.2. Ações cautelares probatórias .....	1203
52.2.3. Competência e prevenção do juízo .....	1204
52.2.3.1. Juízo competente e prevenção .....	1204
52.2.3.2. Juízo incompetente e prevenção .....	1204
52.2.3.3. Prevenção do juízo e cautelares probatórias .....	1205

52.2.4. Competência cautelar em grau recursal .....	1206
52.3. Mérito cautelar .....	1207
52.4. Procedimento .....	1208
52.4.1. Petição inicial .....	1208
52.4.2. Contraditório na demanda cautelar .....	1210
52.4.3. Revelia .....	1211
52.4.4. Instrução probatória .....	1211
52.4.5. Sentença .....	1212
52.5. Liminar .....	1213
52.6. Coisa julgada material .....	1215
52.7. Poder geral de cautela .....	1217
52.8. Prazo de eficácia da medida cautelar .....	1219
52.9. Cessação da eficácia da tutela cautelar .....	1221
52.9.1. Não propositura da ação principal em 30 dias (art. 808, I, do CPC) .....	1221
52.9.2. Ausência de execução da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 808, II) .....	1221
52.9.3. Extinção do processo principal com ou sem resolução do mérito .....	1222
52.10. Responsabilidade objetiva .....	1223
52.10.1. Introdução .....	1223
52.10.2. Hipóteses legais de responsabilidade objetiva .....	1223
52.10.2.1. Sentença no processo principal for desfavorável (art. 811, I, do CPC) .....	1223
52.10.2.2. Obtenção da cautelar liminarmente e não promoção de citação do requerido em cinco dias (art. 811, II, do CPC) .....	1224
52.10.2.3. Cessação da eficácia nos casos do art. 808 do CPC (art. 811, III, do CPC) .....	1224
52.10.2.4. Sentença de prescrição e decadência (art. 811, IV, do CPC) .....	1225
52.10.3. Liquidação e execução .....	1225
<b>53. ARRESTO .....</b>	<b>1227</b>
53.1. Conceito .....	1227
53.2. Pressupostos para a concessão do arresto .....	1228
53.3. Aspectos procedimentais .....	1230
<b>54. SEQUESTRO .....</b>	<b>1233</b>
54.1. CONCEITO .....	1233

54.2. Distinção entre arresto e sequestro .....	1234
54.3. Pressupostos para a concessão do sequestro .....	1235
<b>55. CAUÇÃO .....</b>	<b>1239</b>
55.1. Conceito .....	1239
55.2. Classificação .....	1240
55.3. <i>Cautio pro expensis</i> (caução para pagamento de custas e honorários advocatícios) .....	1242
55.4. Aspectos procedimentais .....	1243
<b>56. BUSCA E APREENSÃO .....</b>	<b>1245</b>
56.1. Conceito .....	1245
56.2. Espécies .....	1246
56.3. Procedimento .....	1247
<b>57. EXIBIÇÃO DE COISA OU DOCUMENTO .....</b>	<b>1249</b>
57.1. Conceito de exibição .....	1249
57.2. As diferentes espécies de exibição de coisa ou de documento .....	1250
57.2.1. Exibição como meio de prova durante a fase instrutória .....	1250
57.2.2. Exibição preparatória para conhecimento de dados a instruir a ação principal .....	1251
57.2.3. Exibição fundada em direito material sobre a coisa ou sobre o documento .....	1251
57.2.4. Exibição cautelar de coisa ou de documento .....	1252
57.3. Procedimento da ação autônoma exhibitória .....	1253
57.3.1. Legitimidade .....	1253
57.3.2. Petição inicial e liminar .....	1254
57.3.3. Respostas do demandado .....	1255
57.3.4. Ausência de exibição .....	1256
57.3.5. Sentença .....	1257
<b>58. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS .....</b>	<b>1259</b>
58.1. Introdução .....	1259
58.2. Legitimidade .....	1260
58.2.1. Legitimidade ativa .....	1260
58.2.2. Legitimidade passiva .....	1261
58.3. Competência .....	1262
58.3.1. Inaplicabilidade da regra estabelecida pelo art. 800 do CPC .....	1262
58.3.2. Prevenção do juízo da produção antecipada de provas .....	1263

58.4. Aspectos procedimentais .....	1264
58.4.1. Petição inicial .....	1264
58.4.2. Mérito da produção antecipada de provas .....	1265
58.4.3. Liminar .....	1267
58.4.4. Respostas do requerido .....	1267
58.4.5. Preparação e realização da prova .....	1269
58.4.6. Sentença .....	1271
<b>59. ALIMENTOS PROVISIONAIS .....</b>	<b>1275</b>
59.1. Conceito e natureza jurídica .....	1275
59.2. Alimentos provisionais e alimentos provisórios .....	1276
59.3. Procedimento .....	1278
<b>60. ARROLAMENTO DE BENS .....</b>	<b>1281</b>
60.1. Visão geral .....	1281
<b>61. JUSTIFICAÇÃO .....</b>	<b>1283</b>
61.1. Introdução .....	1283
61.2. Natureza jurídica não cautelar .....	1284
61.3. Jurisdição voluntária .....	1285
61.4. Espécie de prova produzida .....	1286
61.5. Interesse na produção da prova testemunhal .....	1287
61.6. Competência .....	1288
61.7. Procedimento .....	1289
61.7.1. Petição inicial .....	1289
61.7.2. Citação dos interessados .....	1290
61.7.3. Participação do Ministério Público .....	1291
61.7.4. Não admissão de defesa .....	1291
61.7.5. Irrecorribilidade .....	1292
61.7.6. Sentença .....	1293
<b>62. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES .....</b>	<b>1295</b>
62.1. Conceito .....	1295
62.2. Natureza jurídica .....	1296
62.3. Procedimento .....	1297
<b>63. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL .....</b>	<b>1301</b>
63.1. Introdução .....	1301
63.2. Natureza jurídica .....	1302
63.3. Penhor legal e autotutela .....	1303



63.4. Procedimento .....	1304
<b>64. POSSE EM NOME DE NASCITURO .....</b>	<b>1309</b>
64.1. Introdução .....	1309
64.2. Natureza jurídica .....	1309
64.3. Legitimidade .....	1311
64.4. Procedimento .....	1311
<b>65. ATENTADO .....</b>	<b>1313</b>
65.1. Conceito e cabimento .....	1313
65.2. Natureza jurídica .....	1315
65.3. Procedimento .....	1316
<b>66. PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS .....</b>	<b>1319</b>
66.1. Introdução .....	1319
66.2. Protesto de título .....	1320
66.3. Apreensão de títulos .....	1321

**LIVRO VI**

## PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

<b>67. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO .....</b>	<b>1325</b>
67.1. Introdução .....	1325
67.2. Consignação extrajudicial .....	1325
67.3. Competência .....	1327
67.4. Legitimidade .....	1328
67.5. Objeto da demanda consignatória .....	1328
67.6. Procedimento .....	1329
67.7. Complementação do depósito .....	1332
67.8. Consignação de prestações periódicas .....	1333
67.9. Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito .....	1334
67.10. Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios .....	1335
<b>68. AÇÃO DE DEPÓSITO .....</b>	<b>1339</b>
68.1. Introdução .....	1339
68.2. Legitimidade e Competência .....	1340

68.3. Procedimento .....	1341
68.4. Depositário judicial .....	1343
68.5. Prisão civil .....	1344
<b>69. AÇÃO DE ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR .....</b>	<b>1345</b>
69.1. Introdução .....	1345
69.2. Ação de reivindicação .....	1346
69.3. Ação de substituição de título ao portador .....	1346
69.4. Ação de anulação e substituição de título ao portador .....	1347
<b>70. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS .....</b>	<b>1351</b>
70.1. Introdução .....	1351
70.2. Legitimidade .....	1352
70.3. Natureza dúplice .....	1353
70.4. Competência .....	1354
70.5. Ação de exigir contas .....	1354
70.6. Ação de dar contas .....	1357
<b>71. AÇÕES POSSESSÓRIAS .....</b>	<b>1359</b>
71.1. Proteção possessória .....	1359
71.2. Fungibilidade .....	1360
71.3. Ação dúplice? .....	1361
71.4. Competência .....	1362
71.5. Legitimação .....	1363
71.6. Exceção de domínio .....	1364
71.7. Cumulação de pedidos .....	1365
71.8. Procedimento .....	1366
71.8.1. Reintegração e manutenção de posse .....	1366
71.8.2. Interdito proibitório .....	1369
<b>72. AÇÃO DE NUNCIÇÃO DE OBRA NOVA .....</b>	<b>1371</b>
72.1. Introdução .....	1371
72.2. Cabimento .....	1372
72.3. Legitimidade .....	1373
72.4. Procedimento .....	1374
72.5. Efeitos extrajudicial .....	1376

<b>73. AÇÃO DE USUCAPIÃO</b> .....	1377
73.1. Definição de usucapião .....	1377
73.2. Requisitos gerais e específicos da usucapião .....	1378
73.3. Legitimação .....	1379
73.4. Competência .....	1381
73.5. Petição inicial .....	1381
73.6. Citações e intimações .....	1382
73.7. Sentença e transcrição no registro de imóveis .....	1383
73.8. Usucapião como matéria de defesa .....	1383
<b>74. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS</b> .....	1385
74.1. Introdução .....	1385
74.2. Procedimento da ação de demarcação .....	1387
74.3. Procedimento da ação de divisão .....	1388
<b>75. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA</b> .....	1391
75.1. Introdução .....	1391
75.2. Inventário negativo .....	1392
75.3. Competência e universalidade do foro sucessório .....	1393
75.4. Questões de alta indagação .....	1393
75.5. Administrador provisório .....	1394
75.6. Inventariante .....	1395
75.7. Arrolamento sumário .....	1397
75.8. Arrolamento comum .....	1398
75.9. Procedimento do inventário .....	1399
75.10. Colação .....	1401
75.11. Sonegação .....	1402
75.12. Pagamento das dívidas .....	1403
75.13. Herdeiro preterido .....	1404
75.14. Partilha .....	1405
<b>76. EMBARGOS DE TERCEIRO</b> .....	1409
76.1. Conceito .....	1409
76.2. Hipóteses especiais de embargos de terceiro .....	1410
76.3. Legitimação .....	1412
76.4. Competência .....	1415
76.5. Prazo para ingresso dos embargos de terceiro .....	1416
76.6. Procedimento .....	1417

<b>77. AÇÃO DE HABILITAÇÃO .....</b>	<b>1421</b>
77.1. Introdução .....	1421
77.2. Procedimento .....	1422
<b>78. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS .....</b>	<b>1425</b>
78.1. Introdução .....	1425
78.2. Legitimidade .....	1426
78.3. Competência .....	1427
78.4. Procedimento .....	1427
<b>79. VENDAS A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO .....</b>	<b>1431</b>
79.1. Introdução .....	1431
79.2. Procedimento da execução do preço .....	1432
79.3. Procedimento para recuperação da coisa vendida .....	1432
<b>80. AÇÃO MONITÓRIA .....</b>	<b>1435</b>
80.1. Conceito .....	1435
80.2. Natureza jurídica .....	1436
80.3. Admissibilidade .....	1438
80.4. Fazenda Pública e ação monitória .....	1440
80.5. Incapaz e ação monitória .....	1441
80.6. Ingresso da monitória .....	1442
80.7. Expedição do mandado monitório e citação do réu .....	1443
80.8. Posturas do réu .....	1444
80.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório .....	1445
80.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente .....	1446
80.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material .....	1446
80.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória .....	1448
80.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento .....	1449
80.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório .....	1453
80.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório .....	1454
80.16. Fase de cumprimento de sentença .....	1456
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>1459</b>

